UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

PRODUÇÃO FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande - Palmas (TO)

ÍZULA LUIZA PIRES BACCI PEDROSO

UBERLÂNDIA (MG)
2006

ÍZULA LUIZA PIRES BACCI PEDROSO

PRODUÇÃO FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de taquaruçu grande - Palmas (TO)

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Júnior

UBERLÂNDIA (MG)
2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P372p Pedroso, Ìzula Luiza Pires Bacci.
Produção familiar e associativismo: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande – Palmas TO/ Ízula Luíza Pires Bacci. Pedroso. - 2006.
142 f.

Orientador: João Cleps Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia rural - Teses. 2. Agricultura familiar – Palmas (TO) - Teses. 3. Comunidades agrícolas – Palmas (TO) – Teses. I. Cleps Júnior, João. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Gradua -ção em Geografia. III. Título.

CDU: 911.3:631

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação – mg/10/06

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Drº. João Cleps Júnior (Orientador)

_____

_____

Uberlândia (MG) ____/____/____

Resultado _____

Aos meus pais, João e Walderila, pela oportunidade de estudar, pelas palavras de incentivo, apoio e carinho de sempre.

Ao Beto, companheiro de todas as horas... valeu a pena todos os esforços, dificuldades e renúncias... Hoje estamos juntos colhendo os frutos do nosso sucesso. Esse trabalho também é seu.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo e todos que estão ao meu redor...

Ao meu querido orientador Professor Dr. João Cleps Júnior, que mesmo longe sempre se fez presente. Obrigada por acreditar em mim, pelo incentivo, dedicação e paciência. Obrigada por cada correção, pelas leituras e críticas, por me mostrar o caminho a ser percorrido e principalmente pela amizade e respeito as minhas limitações. João, a você serei eternamente grata por essa importante etapa na minha vida. Obrigada por tudo:

> Professores há muitos; mestres, dignos desse nome raros o são. O mestre é, porque a sua vida tem um sentido, ensina a possibilidade de existir. (Georges Gusdorf[1]).

De maneira muito especial aos meus familiares, principalmente aos meus pais, minhas irmãs e cunhados, Andressa e Neilton, Adriana e Alessandro, e aos meus sobrinhos Anna Carolina e Vitor Hugo, pelas horas de alegrias e pela ajuda ao longo dessa caminhada. Vocês moram em meu coração.

A minha sogra Shirlei e meu sogro Antenor que também contribuíram muito para a realização desse trabalho. A vocês o meu agradecimento.

Aos amigos do curso de Pós-Graduação, Fransualdo e Celbo pela amizade e contribuições no período das disciplinas, e de maneira muito especial a Wanderléia Gobbi pela amizade desde a graduação e pelos divertidos momentos de descontração.

À Professora Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa pelas importantes sugestões e idéias na defesa do projeto, no exame de qualificação e agora na defesa do trabalho final. Obrigada pelo acompanhamento ao longo dessa trajetória.

[1] GUSDORF, Georges. (1970) Professores para que? Lisboa: Moraes.

Aos amigos do LAGEA, Eduardo e Paulo, por sempre estarem à disposição, pela amizade e pelo auxílio com o material do laboratório.

A Secretaria Municipal de Agricultura de Palmas, pelas informações para elaboração desse trabalho.

A todos os membros da Associação dos Pequenos Agricultores Familiares de Taquaruçu Grande, que pacientemente responderam aos questionários, contaram suas histórias e contribuíram de maneira única na realização dessa pesquisa.

A RURALTINS, pelas informações concedidas.

A Universidade Federal do Tocantins, pela disponibilidade de material.

A equipe pedagógica dos colégios onde trabalhei que sempre me dispensaram quando necessário, em Rio Verde (GO) Colégio Pássaro Azul, em Palmas (TO) Colégio Marista.

Aos amigos de Rio Verde, Roosevelt e Giovanna que sempre nos ajudou. Vocês são grandes amigos.

Aos novos amigos de Palmas pelos momentos de lazer e amizade, e de maneira muito especial a Carol, Wanderlúbio, Joelma e Marcos que a cada dia passam a ser mais que do que amigos.

Ao amigo Márcio Tamashiro que sempre consertou meu computador quando estragava, e olha que foram muitas vezes.

Enfim, a todos que de uma maneira ou de outra contribuíram para realização dessa pesquisa, pois um trabalho como esse nunca é realizado por uma só pessoa.

RESUMO

A produção rural familiar apresenta importantes particularidades regionais, conseqüentemente a sua reprodução socioeconômica também se torna diversificada, justificando as grandes desigualdades sociais no meio rural brasileiro. É possível perceber que ao longo dos anos, a produção familiar se tornou uma categoria marginalizada por não ter acesso a todo o conjunto de atributos que devem acompanhar a inovação tecnológica. Desse modo, também é reconhecida a dificuldade que os produtores familiares têm em se posicionar no mercado, sendo a comercialização de seus produtos o objetivo mais difícil de alcançar. Assim, o presente trabalho apresenta uma análise sobre o papel do associativismo rural como uma das estratégias que os produtores familiares utilizam na luta pela permanência no meio rural do município de Palmas capital do Estado do Tocantins. Para isso, buscou-se compreender o desenvolvimento rural do município, analisando o papel das políticas agrícolas e agrárias para a produção rural familiar, além de compreender e caracterizar as especificidades socioeconômicas da Comunidade de Taquaruçu Grande, bem como a inserção da produção rural familiar no município de Palmas-TO por meio do associativismo.

Palavras-chave: agricultura familiar, associativismo rural, comunidade rural, Palmas.

ABSTRACT

The familiar agricultural production presents important regional particularitities, consequently its socioeconomic reproduction also becomes diversified, justifying the great social inequalities in the Brazilian agricultural way. It is possible to perceive that throughout the years, the familiar production if became a category kept out of society for not having access all the set of attributes that must follow the technological innovation. In this manner, also the difficulty is recognized that the familiar producers have in if locating in the market, being the commercialization of its products the objective most difficult to reach. Thus, the present work presents an analysis on the paper of the agricultural associative as one of the strategies that the familiar producers use, in the fight for the permanence in the agricultural way it city of Palmas-TO. For this, one searched to understand the agricultural development of the city, being analyzed the paper of the agricultural and agrarian politics for the familiar agricultural production, beyond understanding and characterizing the specified socioeconomic of the Community of Great Taquaruçu, as well as the insertion of the familiar agricultural production in the Palmas-TO by means of the associative**.**

Key Words: familiar agricultural, rural associativism, rural community, Palmas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 15
1- A PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR NO CONTEXTO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO 21
1.1 - A importância da produção rural familiar no contexto agrário brasileiro 22
1.2 - A influência das políticas agrícolas e agrárias na produção rural familiar a partir da década de 1960 34

2 - AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO ESTADO DO TOCANTINS E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DE PALMAS 46
2.1 - O Estado do Tocantins: organização territorial e a expansão da fronteira agrícola no contexto da Amazônia Legal 47
2.2 - Espaço rural, produção familiar e caracterização socioeconômica do Estado do Tocantins 57
2.3 - Caracterização socioeconômica do Estado 59
2.4 – A criação do município de Palmas 71
2.5 - A estrutura fundiária e a produção rural no município de Palmas-TO 77
2.6 - Política Rural em Palmas 78

3 - PRODUÇÃO FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO: REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PRODUTORES DE TAQUARUÇU GRANDE EM PALMAS 92
3.1 - O associativismo rural: breves considerações 93
3.2 - A trajetória de uma comunidade: tradições, cultura e origem da Associação dos Pequenos Produtores Familiares de Taquaruçu Grande 95
3.3 - Organização rural/agrícola e reprodução sócio-econômica dos produtores de Taquaruçu Grande 104
3.3.1 - Perfil socioeconômico dos produtores rurais da APPFTG 107
3.3.2 - A diversificação agrícola e o uso da terra 114
3.4 - Produção familiar e o desenvolvimento local..... 121

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS 126

5 - REFERÊNCIAS 131

ANEXOS 136

LISTA DE FIGURAS

1- Palmas-TO: Restaurante Recanto da Serra e Restaurante Frango Assado 32
2 - Estado do Tocantins: distribuição populacional 1991, 1996 e 2000 55
3 - Expansão do PRODECER – 1979 a 1993 63
4 - Palmas-TO: Avenida Teotônio Segurado, ao fundo Palácio Araguaia (sentido norte) 75
5 - Palmas-TO: Avenida Teotônio Segurado (sentido sul) 75
6 - Palmas-TO: Avenida Juscelino Kubitschek (sentido leste) 76
7- Palmas - TO: Avenida JK, sentido oeste (em segundo plano Serra do Lajeado) 76
8 - Palmas-TO: comercialização de verduras pelos produtores na feira livre 81
9 - Palmas-TO: vendedor ambulante e barracas de artesanato na feira livre 82
10- Palmas-TO: vendedor de queijo e requeijão na feira livre 82
11 - Palmas-TO: barraca de verduras e roupas na feira livre (Quadra 307 N) 83
12-Palmas-TO: participação dos Estados de Goiás e Tocantins na comercialização de frutas e hortigranjeiros 87
13 - Palmas-TO: localização da área de estudo 100
14 - Palmas-TO: Comunidade de Taquaruçu Grande: vista da região. Em segundo plano Serra do Lajeado 101
15 - Palmas-TO: Comunidade de Taquaruçu Grande: sede de reuniões da Associação - “Chapéu de Palha”..... 102
16 - Comunidade de Taquaruçu Grande: Igreja 104
17 - Comunidade de Taquaruçu Grande: local de residência dos produtores 109
18 - Comunidade de Taquaruçu Grande: residência rural 111
19 - Comunidade de Taquaruçu Grande: residência rural 111
20 - Comunidade de Taquaruçu Grande: principais bens de consumo, serviços e saneamento básico dos produtores rurais 112
21 - Comunidade de Taquaruçu Grande: fogão a lenha/propriedade rural 113
22 - Comunidade de Taquaruçu Grande: forma de aquisição das propriedades .. 114
23 - Comunidade de Taquaruçu Grande: criação de animais de pequeno porte .. 117

24 - Comunidade de Taquaruçu Grande: produção comercial de hortaliças 118
25 - Comunidade de Taquaruçu Grande: produção comercial de hortaliças 118

LISTA DE TABELAS

1- Brasil: estabelecimentos, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT) - Produção Familiar e Agricultura Patronal em 1999 ... 40
2 - Brasil e Regiões: estabelecimentos, área total, VBP e financiamento das regiões brasileiras - Produção Familiar e Patronal 44
3 - Goiás: População Total em 1950, 1960 e 1964 48
4 - Estado do Tocantins: origem dos imigrantes em 1970/1980, 1981/1991, 1991/1996 51
5 - Estado do Tocantins: população total ao longo rodovia Belém-Brasília (BR-153 sentido sul – norte) em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000 53
6 - Estado do Tocantins: população por situação de domicílio 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000 56
7 - Estado do Tocantins: evolução dos 10 maiores municípios em 1980, 1991, 2000, 2004 e 2006 57
8 - Estado do Tocantins: participação dos setores da economia no PIB estadual em 1999 61
9 - Estado do Tocantins: principais culturas, área colhida e produção em 2003 62
10 - Estado do Tocantins: médias anuais de crescimento dos principais produtos agrícolas em 2003 62
11 - Estado do Tocantins: efetivo rebanho em 2003..... 63
12 - Estado do Tocantins: principais produtos de exportação em 2003 63
13 - Estado do Tocantins: Número de Estabelecimentos, Área e Renda por Estratos de Área, Categorias Familiares e Patronal 67
14 - Palmas-TO: número de estabelecimentos e área categorias familiares, patronal e entidades públicas - 1995/961996 78
15 - Palmas-TO: origem das frutas comercializadas em feiras livres e supermercados em 2005 85
16 - Palmas-TO: origem dos hortigranjeiros comercializados em feiras livres e supermercados em 2005 86

17 - Palmas-TO: mão-de-obra empregada nas categorias familiares e patronal por tipo de renda - 1995/96 87
18 - Palmas-TO: pessoal ocupado nas categorias familiares e patronal por tipo de renda - 1995/96 88
19 - Palmas-TO: principais investimentos das categorias familiares e patronal por tipo de renda - 1995/96 89
20 - Palmas-TO: principais culturas permanentes em 2003 89
21 - Palmas-TO: principais cultivos temporários em 2003 90
22 - Comunidade de Taquaruçu Grande: área média das propriedades 115

LISTA DE QUADROS

1 - Estrutura Básica do PRONAF..... 38
2 - Palmas-TO: principais programas de apoio à produção rural familiar - SAGRI/2005 79
3 - Palmas-TO: Associações rurais por regiões administrativa em 2006 97

LISTA DE SIGLAS

CEASA	Central de Abastecimento S/A
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
FAO	Food Agricultural Organization
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FORTER	Fortalecimento da Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ITERTINS	Instituto de Terras do Tocantins
JICA	Japan International Cooperation Agency
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NGPI	Núcleo de Gestão Publica Integrada
NOVACAP	Comissão de Implantação da Nova Capital
OGU	Orçamento Geral da União
PIB	Produto Interno Bruto
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
SAGRI	Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural
SEAGRO	Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEPLAN	Secretaria Estadual de Planejamento e Meio ambiente
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNITINS	Fundação Universidade do Estado do Tocantins

Piracaia - Agostinho Batista de Freitas

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960, com o novo pacote tecnológico inspirado na Revolução Verde, à agricultura brasileira vem se consolidando em função do novo alcance da fronteira agrícola e utilização de novas tecnologias como maquinário, fertilizantes e defensivos, algumas regiões brasileiras iniciam um intenso processo de modernização por meio das políticas públicas implementadas pelo Estado.

Dentre os fatores que impulsionaram a transformação e a expansão da agricultura no Brasil podem-se considerar como relevantes o escasseamento das terras disponíveis para a agropecuária no sul e sudeste do Brasil; a necessidade crescente de incremento das safras agrícolas; a diversificação do parque industrial, que exigia maior diversidade e quantidade de matéria-prima e a crescente urbanização entre outros.

Deste modo, a agricultura brasileira, além do crescimento extensivo, passa apresentar também crescimento intensivo, que foi evidenciado, respectivamente, pelo alcance de novas fronteiras agrícolas com a incorporação das áreas de cerrado e pela utilização de novas tecnologias. Cultivos que até então não eram comuns em certas regiões, como é o caso da soja, foram introduzid0s substituindo o antigo padrão praticado nas áreas de cerrado: pecuária extensiva e produção de alimentos básicos.

Assim a modernização agrícola por um lado inseriu determinadas regiões na nova dinâmica econômica do país como, por exemplo, a região Centro-Oeste e mais tarde a região Norte, fazendo com que essas regiões deixassem de ser simplesmente típicas regiões de “fronteira”. Mas por outro lado, é possível perceber o caráter “conservador” e excludente dessa modernização, pois nem todas as regiões alcançaram esse desenvolvimento de maneira homogênea. Em alguns locais o preço

da terra aumentou ocasionando conseqüentemente a concentração fundiária e de renda, agravando ainda mais a exclusão social no meio rural, e muitos outros problemas relacionados ao desenvolvimento urbano.

Algumas regiões, municípios e produtores rurais que se beneficiam desse processo de modernização foram aqueles que já possuíam infra-estrutura e produziam matérias-primas de acordo com as necessidades das indústrias, ou seja, buscando atender o modelo econômico vigente. Neste contexto, é possível perceber que, ao longo dos anos, a produção familiar se tornou marginalizada por não ter acesso a todo o conjunto de atributos que devem acompanhar a inovação tecnológica.

Nas duas últimas décadas, a discussão sobre a produção rural familiar tem ganhado força devido à capacidade que essa categoria social possui em relação à geração de emprego e renda no meio rural. No entanto, também é reconhecida a dificuldade que os produtores familiares têm em se posicionar no mercado, sendo a comercialização de seus produtos o objetivo mais difícil de alcançar.

A produção rural familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, produz 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional e ocupam 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura, segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 1995/96). Por isso, essa categoria social é considerada uma alternativa eficaz de reduzir a migração do campo para a cidade, principalmente nos contextos em que demonstram a forte coesão entre o conjunto de agricultores, organizados nas mais diferentes formas, como comunidades, associações e cooperativas.

Nesse sentido, essa pesquisa analisa a importância do associativismo na comunidade rural de Taquaruçu Grande como uma das estratégias que os produtores familiares utilizam na luta pela permanência no meio rural. Para a realização desse

trabalho, foi necessário um levantamento bibliográfico referente à produção rural familiar nos contextos socioespacial (local, regional e nacional), a partir da análise empírica de uma comunidade e associação.

O município escolhido para a realização da pesquisa é o de Palmas, capital do Estado do Tocantins. O Estado ainda se encontra em franco processo de transformação na organização sociopolítica e produtiva, e a inexistência de material atualizado, principalmente de fontes de referência bibliográficas acerca da temática, são ainda bastante escasso. Partindo desse pressuposto, percebemos a necessidade de estudos da realidade da produção rural familiar de algumas comunidades de produtores em escala local.

A escolha por uma associação se deu devido a uma maior proximidade com as suas lideranças, o que facilitou o contato com a associação e a obtenção de dados junto aos produtores, que totalizam um universo de 96 produtores associados, dos quais foram entrevistados 36 que estão mais próximos da associação e que vivem da comercialização de seus produtos. A união dos mesmos, a formação da comunidade e o fato de todos os agricultores estarem organizados como produtores familiares foram outros fatores determinantes que auxiliaram na decisão de pesquisar a comunidade.

Considerando essas questões, o trabalho buscou responder se o associativismo seria realmente uma alternativa para o fortalecimento da produção rural familiar. Para isso, buscou-se compreender o desenvolvimento rural do município de Palmas, analisando o papel das políticas agrícolas e agrárias para a produção rural familiar, além de compreender e caracterizar as especificidades socioeconômicas da Comunidade de Taquaruçu Grande, bem como a inserção da produção rural familiar no município e Palmas por meio do associativismo.

Desse modo o trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo expõe uma revisão bibliográfica sobre a produção rural familiar no contexto da questão agrária brasileira, analisando dessa forma o papel das políticas agrícolas e agrárias voltadas para esse segmento, no intuito de compreender sua trajetória em nível nacional. Isto se fez necessário, pois era preciso elaborar um arcabouço teórico que desse embasamento para compreender a realidade histórica e atual da produção familiar, para se poder comparar com o que seria encontrado no local. De posse desse embasamento, poder-se-ia fazer comparações para se diagnosticar o ritmo de evolução dos produtores familiares locais.

No segundo capítulo são discutidos aspectos relacionados à criação do município de Palmas e às principais características socioespaciais, estabelecendo uma relação entre a dinâmica rural, analisando-se a posse e uso da terra e as principais políticas de incentivo à produção rural familiar local. Neste capítulo, procuramos mostrar a realidade atual da produção familiar em Palmas. Nessa fase, foram encontradas as maiores dificuldades quanto à obtenção de dados. Buscaram-se informações em diversos institutos oficiais Federais e Estaduais, como IBGE, SEAGRO, SAGRI, ITERTINS e INCRA. Em todos a resposta mais ouvida foi a de que os dados não “estavam disponíveis”, ou “não temos esses dados”. Assim, parte dos dados utilizados neste trabalho é fruto de pesquisas ou estimativas encontradas. Outros são de elaboração própria, fruto do trabalho de campo e da interpretação dos poucos dados disponíveis.

O terceiro capítulo analisa as estratégias utilizadas pelos produtores familiares para se inserirem no processo de comercialização por meio da Associação, visando sua reprodução social no meio rural. São abordadas também as relações sociais entre os

membros da Associação, que se consideram uma comunidade rural em função dos laços de amizade e parentesco, além de traçar o perfil socioeconômico dos produtores.

Ao longo da pesquisa, foi possível notar que cerca de 80% dos produtores entrevistados apresentam grandes dificuldades em sistematizar e apresentar as informações referentes à renda das propriedades, pois os mesmos não fazem controle de custo e produção, caso bastante comum entre os pequenos produtores. Porém, isto não impediu o estudo de prosseguir, nem tampouco influiu no resultado final do mesmo. O que se percebeu foi que, pela falta de conhecimento e organização, muitos produtores não sabem quantificar a renda que auferem, sendo complicado elaborar comparações e estudos visando apresentar e discutir qual seria uma renda ideal no local. Esse trabalho encerra elaborando-se algumas considerações sobre as mudanças que podem ocorrer para garantir a condição de vida destes produtores.

Também será mostrado como o fato de formarem uma associação contribuiu para a melhoria da reprodução social e do modo de vida dos associados. Enfim, o trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema, sendo apenas um estímulo para pesquisas futuras que explorem os modos de vida de outras comunidades locais. Como existe a carência de pesquisas na região tocantinense sobre o tema, muito ainda pode ser explorado quanto à organização da produção rural familiar no município de Palmas.

Festa Rural - José Assunção

1 - A PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR NO CONTEXTO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

1.1 - A importância da produção rural familiar no contexto agrário brasileiro

Os estudos sobre a produção rural familiar mostram que a grande maioria dos países tem nesse segmento social, seja em menor ou maior importância, um sustentáculo do seu dinamismo econômico. No Brasil, esse contexto não é diferente. A discussão sobre tal tema tem ganhado importância nos últimos anos, mais precisamente a partir do final da década de 1980, impulsionada pelo debate sobre geração de emprego e renda, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local e segurança alimentar.

Na perspectiva de fazer uma breve exposição da discussão teórica e conceitual em relação à produção rural familiar no Brasil cabe enfatizar que os trabalhos acerca do mesmo assunto são vastos na literatura acadêmica, sendo destacadas algumas considerações contemporâneas.

Em um primeiro instante, cabe destacar que a problemática da temática em questão se inicia com conceito ou a terminologia a respeito desse segmento. De acordo com Fernandes (2002), o conceito de agricultura familiar, exploração familiar, pequena produção, produção camponesa, agricultura de subsistência ou produção rural familiar, são utilizados em vários trabalhos acadêmicos, especialmente na área de Geografia Agrária, sem uma reflexão teórica mais precisa, apresentando várias divergências quanto à definição dos critérios que delimitam esse universo.

Existem diversas variáveis em relação à classificação dos termos em questão. Alguns autores consideram o grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, e até mesmo a relação estabelecida entre o tamanho da propriedade, produtividade e rendimento, para classificar os produtores em agricultores familiares, camponeses, pequenos produtores entre outros. Essa divergência ocorre principalmente por se tratar de um tema que aparentemente apresenta certa uniformidade, e por apresentar uma enorme capacidade de adaptação a diversas situações.

Alguns autores como Veiga (1991), Abramovay (1992 e 1999) e Lamarche (1997), enfatizam o fortalecimento da produção agrícola assegurado pela produção familiar, caracterizado pela participação direta da família na organização e execução das atividades rurais.

> Em alguns locais a exploração familiar é à base do desenvolvimento agrícola, reconhecida como a única forma social de produção, capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, permanece arcaica e arraigada na economia de subsistência, desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada (LAMARCHE, 1997, p.13).

“A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, em um processo que cria uma interligação entre propriedade, trabalho e família” (Lamarche, 1997, p. 15). Nesse caso, o autor aborda a exploração agrícola com força de trabalho familiar.

Abramovay (1992) desmistifica com o mito dominante na América Latina, em particular no Brasil, de que esse segmento social, bem como sua forma de reprodução, seja sinônimo de atraso e miséria social. O autor mostra a importância dessas unidades

familiares para a modernização do campo e distribuição de renda nos Estados Unidos e Europa. Um dos objetivos da obra é mostrar que os paradigmas a respeito do desenvolvimento da agricultura capitalista, não supõem necessariamente, unidades produtivas baseadas no uso em larga escala de mão-de-obra assalariada.

A "empresa familiar" não é sinônimo de "pequena produção" ou de "agricultura camponesa" (ABRAMOVAY, 1992). Nesse sentido, a existência do “campesinato” pressupõe um conjunto de vínculos social dados pela tradição, pela comunidade, pelas relações personalizadas de dependência e igualdade, e a integração incompleta e parcial no mercado,

> Onde o capitalismo se implanta, onde o mercado começa a dominar a vida social, onde a racionalidade econômica toma conta do comportamento dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses vêem desvanecer as bases objetivas de sua própria reprodução social (ABRAMOVAY, p 56, 1992).

Tanto em nações economicamente desenvolvidas como a França e de colonização recente como Estados Unidos e Canadá, quanto em outras com antigas tradições camponesas, funciona um setor baseado em milhões de unidades agrícolas produtivas organizadas pelo planejamento, comando e controle do Estado e das organizações profissionais.

> Na França, por exemplo, o governo subsidia pequenos, médios e grandes agricultores. Lá ocorreu um processo de especialização, em que os grandes produzem grãos, os médios trabalham com pecuária de corte e os pequenos atuam na pecuária leiteira, que exige mais mão-de-obra. Sem subsídios as atividades agropecuárias desapareceriam em muitas regiões. Uma justificativa usada pelos agricultores franceses é que, além da produção de alimentos, eles são responsáveis pela gestão da paisagem, portanto o subsídio também seria para o embelezamento cênico que alimenta a mais rentável indústria européia: a do turismo. No entanto, é preciso ter claro que seria possível manter essas atividades de gestão da paisagem sem subsidiar a produção de produtos concorrentes com aqueles provenientes de países em desenvolvimento. Há, neste caso, uma questão de *lobbies* que deveria ser enfrentada para que o comércio entre países ricos e pobres se realize em bases justas (ROMEIRO, 2003)[2].

No Brasil, a grande propriedade sempre se impôs como modelo socialmente reconhecido. A dinâmica do mercado internacional e os produtos em alta na balança comercial, sempre ocuparam um lugar de destaque ao longo das políticas agrárias, que de certa, forma estimulou sua reprodução social. Para Wanderley (1999, p. 37), “a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade”.

A produção rural familiar foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira ao longo dos anos, através das monoculturas de exportação das grandes propriedades, dos ciclos econômicos e da modernização do campo, que se fez de maneira parcial e incompleta, o que de certa maneira promoveu a marginalização e a exclusão do agricultor, como afirma Graziano da Silva (1999).

Ao analisar a problemática agrária durante a década de 1980 e os primeiros anos de 1990, Gonçales e Cleps Júnior (2004) destacam a modernização da região Centro-Sul, o fechamento da fronteira agrícola, a crescente presença do capital monopolista no campo, a industrialização da agricultura e a integração dos capitais

---

[2] Reportagem extraída de: www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr06.shtml Acesso em: 15 de fevereiro de 2005.

agrícola, comercial e financeiro como pontos marcantes da evolução dessa problemática.

> O tema da questão agrária fugiu dos debates de opinião pública neste período, sobretudo em função da derrota política da reforma agrária, no final do Governo Sarney e durante o Governo Collor. Desde 1995, a questão agrária volta a ganhar ênfase, dado o aceno do governo federal em buscar alternativas políticas que atenuem a realidade socioeconômica da agricultura brasileira (GONÇALES; CLEPS JÚNIOR, 2004, p. 06).

Nesse sentido é a partir da década de 1990 que os trabalhos e pesquisas desenvolvidas em relação à produção rural familiar, tomam novo fôlego devido à necessidade de refletir e repensar o espaço rural, suas alternativas de desenvolvimento econômico e social, através do fortalecimento do movimento dos trabalhadores rurais que lutam pelo direito de reconquistar a terra, persistindo nas potencialidades que esse segmento apresenta.

> Tal reconhecimento esteve estruturado, em termos gerais, na atribuição à pequena produção, da responsabilidade pela oferta de mão-de-obra, matérias-primas e gêneros alimentícios a preços baixos nos mercados consumidores, garantindo dessa forma, o rebaixamento dos custos e conseqüentemente, a acumulação de capitais no setor urbano-industrial. Além dessa atribuição, caberia à pequena produção recriada nas áreas de fronteira agrícola, possibilitar a diminuição dos conflitos sociais pela terra, seja em regiões marcadas historicamente pela grande concentração fundiária, como o Nordeste brasileiro, seja em decorrência da intensa expropriação a que foram submetidos os pequenos produtores no Sul do país, em virtude do processo de modernização agrícola (HESPANHOL, 2000, p. 51).

Ao analisar a questão, a autora destaca a conjunção de vários fatores, “que em última análise, propiciaram o ambiente favorável ao reconhecimento da importância econômica e social dessas unidades produtivas”, destacando que é a partir desse período, “a produção familiar passa genericamente a ser denominada de agricultura familiar” (HESPANHOL, 2000, p.52).

> A discussão da importância da produção rural familiar no desenvolvimento do país não ocorreu apenas no âmbito acadêmico, mas, sobretudo, na esfera governamental, com a implementação de políticas visando o fortalecimento desse segmento, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER), entre outros (HESPANHOL, 2000, p. 9).

No entanto, é preciso admitir diversas situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos sociais, econômicos, políticos e principalmente regionais diferentes a respeito do tema. Como o próprio Lamarche (1997, p.15) afirma, “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”.

Dessa maneira, é possível destacar um diferencial social entre os produtores, como os modernizados e não modernizados, excluindo do processo um grande número de atores sociais, destacando entre eles os que compõem a produção rural familiar.

Nessa mesma linha de pensamento Graziano da Silva e Kageyama (1989), destacam também o contraditório desenvolvimento capitalista na economia brasileira, que é marcado por profundas disparidades regionais e crescentes desigualdades sociais principalmente em relação à distribuição de renda. E nesse sentido, a agricultura tem contribuído para agravar esses contrastes, promovendo a concentração fundiária e o uso especulativo da terra.

A modernização conservadora que ocorreu no Brasil a partir da década de 1960, caracteriza-se pela modernização da base técnica da produção agrícola, na qual estimulava a elevação do consumo de insumos agrícolas no setor, através da importação com o apoio do Estado, resultando de certa forma na integração agricultura/indústria, proporcionando dessa maneira, o desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais – CAIs (KAGEYAMA, et. all, 1999).

Dessa maneira, a modernização agrícola apresentou caráter parcial e discriminador, pois não atingiu todas as fases dos ciclos produtivos nem todas as regiões brasileiras em função da diversidade regional. Assim, é possível perceber que o processo de modernização agrícola que o país passou e vem passando, apresenta vários níveis quando se compara o perfil do produtor, acesso ao crédito, tipo de atividades agrícolas, produtividade e uso de insumos.

Esse modelo de modernização excludente e parcial só faz acentuar as diferenças sociais no campo, provocando de certa forma o êxodo rural do produtor familiar que, sem perspectivas de desenvolvimento econômico e social, tende a largar a terra para migrar para a cidade, ou então se transformar em trabalhador rural assalariado.

Oliveira (2002) destaca que umas das características fundamentais da estrutura agrária brasileira é a expansão das relações não-capitalistas de produção, principalmente a camponesa. O avanço da industrialização e o crescimento urbano abriram possibilidades históricas para o estabelecimento do trabalho assalariado, capitalista, no campo, oferecendo também as possibilidades concretas para a criação e recriação do trabalho familiar camponês.

Para Mendes (2005, p. 20),

> a inserção da agricultura familiar nas relações sociais capitalistas, suas reorganizações, rupturas e reprodução, a associação entre a família, terra e trabalho evidenciam a heterogeneidade dos processos que permitem sua inserção na sociedade contemporânea e, ainda, as divergências socioeconômicas que compõem esse segmento de produtores.

De acordo com a autora, os debates promovidos no final da década de 1980, procuram compreender e explicar os motivos da gradativa redução da população rural, principalmente dos pequenos produtores, assim como a natureza sociocultural, as

estratégias de desenvolvimento e suas características determinantes. Assim, o novo enfoque das discussões encontra-se na diversidade e na complexidade que as formas familiares de produção na agricultura assumiram nas sociedades contemporâneas.

Para Schneider (2003), é nesse conjunto de transformações que vem ocorrendo no meio rural que se intensificam a efervescência dos debates e a reorientação acadêmica, sobre as “novas ruralidades”.

Diante de tantas dificuldades e da crescente necessidade de inserção da produção rural familiar ao mercado de trabalho, a articulação entre atividades rurais e as chamadas atividades não-agrícolas nesse meio, têm crescido consideravelmente em algumas regiões do país.

Para Del Grossi, Campanhola e Graziano da Silva (2001), Graziano da Silva (1999 e 2002) e Schneider (2003), a combinação desse tipo de atividade pode ser considerada como forma de reprodução e alternativa de aumento da renda da propriedade, proporcionando dessa maneira o desenvolvimento econômico e social no meio rural.

Seguindo essa linha de pensamento, como forma de garantir o sustento da família, Graziano da Silva (1999), afirma que essa situação de combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas dentro da mesma propriedade, chamada de pluriatividade, embora sendo um segmento econômico mais recente no meio rural brasileiro, não é considerada uma novidade na formação socioeconômica das sociedades agrárias. Essa questão se caracteriza, como conseqüência da industrialização do campo que estaria se transformando em um *continuum* da cidade, e na necessidade de reprodução social dos produtores familiares através do trabalho assalariado (absorção da mão-de-obra residente no campo para trabalhar nas

atividades urbano-industriais) e do salário temporário (principalmente na época de picos de produção).

Mas, o fato é que a produção familiar possibilita ao agricultor uma lógica própria, mesmo estando subordinado ao capital o trabalho externo e a pluriatividade, não desagrega a produção, ao contrário são formas de viabilizar as estratégias de reprodução presentes e futuras, de modo a se encaixar no contexto econômico. Pois, a produção familiar só poderá sobreviver de um sistema produtivo se estiver subordinada às determinações gerais do capital, em função da necessidade de inserção no mercado.

Solari (1979) concorda com o fato de que as mudanças pelas qual o campo vem passando, a idéia de contínuo passa a ser mais eficiente para conceituar a realidade. Entretanto, ele pondera como também faz Carneiro (1998), de que a idéia do *continuum* não deve ser comparada sem reflexões mais precisas, pois em vários locais, especialmente nos países em desenvolvimento e nos países “atrasados”, a industrialização da agricultura e as outras mudanças que levam à formulação da continuidade entre o rural e o urbano ainda não se constituíram. Nesse contexto, é preciso ressaltar que esse processo de continuidade entre urbano e rural não operam com a mesma intensidade em todas as regiões brasileiras.

Em Palmas, é possível perceber, de maneira bem incipiente a continuação de atividades urbanas no meio rural do município (Figura 1), mas por outro lado, essa formulação de continuidade como afirma Graziano da Silva (1999) estar ocorrendo entre o rural e o urbano, onde pode se considerar um verdadeiro *continuum* ainda não se constituiu de maneira efetiva no município.

Figura 1 - Palmas-TO: Restaurante Recanto da Serra e Restaurante Frango Assado

Fonte: Pesquisa de Campo. Rodovia TO-020/ Palmas – Aparecida do Rio Negro KM 08 e 11.
Autor: PEDROSO, I. L. P. B., 2006.

De acordo com a SEAGRO (2004), todos os projetos de atração de agroindústrias para o município estão localizados na área delimitada como “zona rural”, afirmando, dessa maneira, as idéias de Graziano da Silva (1999), que o rural vem se urbanizando devido ao desenvolvimento e aplicação de técnicas industriais na agricultura.

Por outro lado, Abramovay (1995) lança a seguinte pergunta em um dos seus trabalhos: as regiões onde hoje se concentram a parcela mais importante da pobreza nacional (isto é, as regiões rurais, sobretudo do Nordeste) devem ser consideradas como inaptas à produção agrícola, seus habitantes devem voltar-se para outras atividades para conseguirem vencer a miséria em que se encontram hoje?

Portanto, cabe ressaltar que cada realidade rural ou urbana deve ser compreendida dentro de suas particularidades e especificidades, como por exemplo, alguns municípios do sul do país que de acordo com o IPEA (1997), a produção camponesa tem peso significativo e os municípios apresentam boa parte dos maiores índices de desenvolvimento humano.

Esses exemplos mostram a grande diversidade econômica e social das regiões brasileiras, pois de maneira geral, pode-se exemplificar que a realidade acerca da produção rural familiar nas regiões Norte e Nordeste se apresentam de forma bastante distinta da realidade social e econômica de como essa categoria social se encontra no Sul do país.

> Nessa perspectiva, as unidades produtivas familiares deveriam se constituir neste final de século no lócus privilegiado para a manutenção e sobretudo, para o retorno de parcela da população excluída social e economicamente, seja no desenvolvimento de atividades agropecuárias, propriamente dita, ou em atividades rurais não-agrícolas, tais como turismo e o lazer rural, a piscicultura, a agroindústria comunitária, etc. Em última análise, a agricultura familiar poderia restituir a essa população excluída, por meio da implantação de assentamentos rurais e da implementação de políticas públicas direcionadas para essa categoria de produtores familiares (autônomos ou não) – como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) -, as condições necessárias para se inserirem economicamente no mercado e adquirirem socialmente, a cidadania obstaculizada pelo modelo de crescimento econômico vigente no país (HESPANHOL, 2000, p. 80).

Assim é possível analisar e entender que a organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da civilização, e que o processo de formação e

organização do camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade, e mesmo apesar da sociedade capitalista, privilegiar o mercado em detrimento à agricultura familiar, percebe que sua reprodução e sua recriação acontecem no seio das relações capitalistas de produção através da luta pela terra (FERNANDES, 2002).

É preciso fundamentalmente priorizar o acesso a terra, de forma que a população rural possa desempenhar seu papel de cidadão, e isso só se faz fortalecendo econômica e socialmente a produção familiar, pois as pesquisas mostram que em determinadas regiões do país a produção familiar apresenta inegável dinamismo.

Nesse sentindo, entendendo que o desenvolvimento rural é um processo tipicamente local e regional, as propostas políticas a cerca de tal tema, centra-se na necessidade de repensá-las a partir de tais espaços.

O fortalecimento de políticas públicas é indispensável principalmente em relação à educação, saúde e mercado competitivo, pois as pesquisas mostram que a produção rural familiar não é necessariamente um segmento estagnado e eternamente miserável. Lembrando também que a questão social em relação à miséria não se limita apenas ao meio rural, ela se caracteriza principalmente pela herança histórica dos fatos socioeconômicos e políticos do país.

1.2-A influência das políticas agrícolas e agrárias na produção rural familiar a partir da década de 1960

Para um melhor entendimento das questões agrícolas e agrárias, Gonçales e Cleps Júnior (2004) ressaltam a diferenciação conceitual entre essas questões.

> A questão agrícola visa responder o que produzir, quanto produzir e onde produzir. A questão agrária refere-se à problemática do como produzir, de que forma ocorrerá a produção agrícola. Enquanto a primeira preocupa-se com a produção e produtividade dos segmentos da agricultura visando à alocação de fatores de produção e guiando-se estritamente pelo comportamento dos valores de mercado, a segunda questão está fundamentada na preocupação quanto às relações de produção capitalistas e seus problemas de ordem econômica e social como o nível de renda, e o nível de emprego (GONÇALES; CLEPS JÚNIOR, 2004, p.09).

Essas considerações acabam enfatizando as questões sobre a concentração do poder econômico, dos meios de produção (máquinas, benfeitorias etc) e principalmente do poder político no meio rural, reproduzindo uma sociedade permanentemente conflitiva entre uma minoria de proprietários, e uma ampla camada da população que tem seu trabalho cada vez mais explorado.

Para Dalchiavon (1996, p. 109), a propriedade da terra no Brasil está concentrada nas mãos de uma minoria, onde cerca de 1% dos proprietários detêm em torno de 46% de todas as terras.

A produção rural tem sobrevivido em um espaço social definido pelo acesso restrito à propriedade da terra, e pela sua capacidade limitada de investimento e acesso ao crédito agrícola. Desse modo, esse segmento pode ser também caracterizado pela constante luta por um espaço produtivo e estruturado, onde a persistência em permanecer se faz presente.

Os salários pagos no meio rural estão sempre aquém das necessidades mínimas de alimentação e vestuário. Os direitos trabalhistas e sociais estabelecidos na constituição são completamente desconhecidos por parte dos trabalhadores, e desrespeitados por parte dos patrões.

Para Dalchiavon (1996, p. 111), “cerca de 65% dos assalariados rurais sequer possuem carteira de trabalho assinada, ou que apenas 40% possuem trabalho o ano todo”.

Isso explica os movimentos migratórios para regiões que representam um grande atrativo, principalmente de ordem econômica. Esse processo de urbanização resulta da expulsão dos trabalhadores rurais que residiam nas grandes propriedades, que hoje em função das novas tecnologias e modernização - que tem por objetivo economizar força de trabalho - continuam trabalhando no meio rural, mas como assalariados temporários, passando a residir no meio urbano, engrossando as favelas e contribuindo para o aumento das taxas de emprego e subemprego.

Nesse contexto, pode-se analisar o papel das áreas de fronteira agrícola, que funcionaram historicamente como válvula de escape para as tensões sociais, onde teoricamente as famílias rurais poderiam se desenvolver econômica e socialmente. Mas ao longo dos anos, o que aconteceu foi uma verdadeira guerra entre posseiros e grandes empreendimentos agrícolas, possibilitando um desenvolvimento adequado, com possível inserção no mercado competitivo um reduzido número de produtores familiares.

As características do processo de desenvolvimento agrícola brasileiro justificam as considerações acerca do desenvolvimento econômico e social do meio rural

brasileiro, isto é, um desenvolvimento excludente e parcial que não atingiu todas as regiões com a mesma intensidade.

De acordo com Gonçales e Cleps Júnior (2004), “as transformações que a expansão capitalista provocaram no campo proporcionaram com sucesso considerável a resolução da questão agrícola brasileira, porém não foi da mesma forma quanto à questão agrária”.

O processo de industrialização da agricultura e, posteriormente, a agroindustrialização nacional proporcionaram ganhos consideráveis de produção e produtividade a partir dos anos 1970, principalmente nos setores que apresentavam vantagens comparativas significativas no comércio agrícola mundial (GONÇALES; CLEPS JÚNIOR, 2004).

Em contrapartida, já nos anos 1980, agrava-se a ampliação da concentração fundiária e a queda do nível de emprego agrícola. Estes são fatos significativos, principalmente num país de enorme potencial agrícola e agroindustrial – grande extensão territorial, condições climáticas extremamente favoráveis, mão-de-obra farta e barata, parque agroindustrial consolidado etc., - que, por falta de políticas públicas eficientes, não efetivou soluções para a questão agrária nacional (GONÇALES; CLEPS JÚNIOR, 2004).

Nesse sentido, vários estudos e comparações internacionais realizadas por autores como Veiga (1991), Abramovay (1992, 1999) e Lamarche (1997), nas quais enfatizam o fortalecimento da produção agrícola assegurado pela produção familiar, possibilitou um maior entendimento a respeito da diversidade que essa categoria de produtores rurais apresentam, proporcionando ainda estratégias de reprodução social e econômica que essas unidades produtivas podem desenvolver.

> Independentemente de quais sejam os sistemas sóciopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas qual a família participa na produção (LAMARCHE, 1997, p. 13).

Para Hespanhol,

> o reconhecimento da importância da produção rural familiar no âmbito institucional ocorreu com a publicação do relatório da INCRA/FAO (2000), que muito contribuiu não apenas para a apreensão da diversidade dessas explorações, como também serviu de base para a elaboração de um dos principais programas direcionados para esse segmento produtivo, o PRONAF (HESPANHOL, 2000, p. 94)

É nesse cenário que se dá a afirmação da produção rural familiar no contexto social e político brasileiro, quando o Estado legitima a criação em 1996 do PRONAF. Esse programa foi à resposta às pressões de parte do movimento sindical rural, com o objetivo de promover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas e encontravam sérias dificuldades em se manter.

O programa consiste em proporcionar apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da produção rural familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda, sendo executado de forma descentralizada e tem como protagonistas o produtor familiar e suas organizações.

No entanto apesar da aparente articulação institucional presente na estrutura básica do programa, constata-se que o governo brasileiro, por meio do Conselho Nacional do PRONAF, é quem realmente tem o controle administrativo, econômico e político do programa. Nesse sentindo, a adoção pelo programa da gestão social como forma de atuação, esbarra numa questão primordial, que é a centralização das decisões e dos recursos pelo governo federal.

Secretaria de Agricultura Familiar, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, definiu que os beneficiários do programa devem ser produtores rurais, sejam eles proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros ou meeiros, que utilizem mão-de-obra familiar, e tenham até dois empregados permanentes. Além disso, não devem deter, a qualquer título, áreas superiores a quatro módulos fiscais, e no mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar anual devem ser provenientes da atividade agropecuária e não-agropecuária exercida no estabelecimento. O produtor deve residir na propriedade ou em povoado próximo. [3]

De acordo com a Secretária de Agricultura Familiar, os recursos do PRONAF ampliam-se também para outras atividades econômicas como a agropecuária, a pesca artesanal, a aqüicultura e o extrativismo.

Quadro 1 - Estrutura Básica do PRONAF

Município	Estado	Governo Federal
Prefeitura, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, agricultores familiares, organizações de agricultores familiares, e outros órgãos e entidades municipais, públicas ou privadas.	Governo Estadual, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, Secretaria Executiva Estadual do PRONAF, Superintendências Regionais do Incra, e outros órgãos e entidades estaduais públicas ou privadas.	Governo Federal, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, Secretaria da Agricultura Familiar, e outros órgãos e entidades públicas ou privadas.

Fonte: Secretaria de Agricultura Familiar/ PRONAF: QUEM SOMOS.
Org.: PEDROSO, I. L. P. B. 2006.

A produção familiar possui capacidade de absorver mão-de-obra e gerar renda. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 1995/96, o setor é responsável por

[3] Dados referentes ao ano de 2006. Ver: www.mda.gov.br

67% da produção nacional de feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café, e 32% da soja. De acordo com os dados da tabela 1, esse segmento social ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, como demonstra a tabela1, produzindo 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional e ocupando 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura.

Tabela 1 - Brasil: Estabelecimentos, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT) - Produção Familiar e Agricultura Patronal em 1999

Categorias	Estab. Total	% Estab. s/total	Área total (mil/ha)	% Área s/ total	%VBP s/ total	% FT s/ total
Familiar	4.139.369	85,2	107.768	30,5	37,9	25,3
Patronal	554.501	11,4	240,042	67,9	61,0	73,8

Fonte: Censo Agropecuário, 1995/1996. Elaboração INCRA/FAO, 2000.
Org.: PEDROSO, I, L. P. B, 2005.

A pesquisa realizada pelo consórcio INCRA/FAO (2000) destaca as potencialidades que a produção familiar possui em relação à agricultura patronal, como por exemplo, à questão do crédito agrícola.

A produção familiar foi mais eficiente no uso do crédito rural que a agricultura patronal, pois produziram mais com menos recursos, ou seja, a produção familiar recebeu 25,3% do financiamento total e foi responsável por 37,9% do VBP (valor bruto da produção), enquanto a agricultura patronal recebeu 73,8% do financiamento total, sendo responsável por apenas 61,0% do valor bruto da produção.

Em relação ao número total dos estabelecimentos, os familiares representam maior porcentagem, ocupando 85,2% das propriedades rurais enquanto os patronais

ocupam 11,4%, no entanto, quando se analisa o tamanho da área ocupada por cada uma dessas categorias, constata-se que os estabelecimentos patronais ocupam o dobro do tamanho da área que os estabelecimentos familiares.

Portanto, é possível afirmar que embora possuindo um número bem maior de estabelecimentos rurais, a produção familiar recebe somente um terço do financiamento e ocupa menos da metade da área total, e mesmo com todas essas desvantagens em relação à produção patronal, o segmento familiar é bem mais dinâmico. É nesse sentido que a produção rural familiar é capaz de gerar emprego, renda e conseqüentemente desenvolvimento rural, além de reduzir a migração campo-cidade.

Para o Censo Agropecuário 1995/96, existiam no Brasil 4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353.611 milhões de hectares, que de maneira geral são mal aproveitados, uma vez que o perfil socioeconômico do país demonstra essa realidade. As formas de utilização dessas terras não atendem os interesses das classes mais necessitadas, como os próprios trabalhadores rurais, que são expropriados do seu meio, sem as menores condições de trabalho.

De acordo com os dados da tabela 2, em todas as regiões brasileiras a quantidade de estabelecimentos familiares é bem superior que os números de estabelecimentos patronais. No entanto, quando comparada o total da área ocupada por esses dois segmentos, percebe-se que, embora a quantidade de estabelecimentos familiares seja bem superior ao número dos estabelecimentos patronais, essa segunda categoria ocupa maior porcentagem de hectares em todas as regiões, apresentando maior disparidade nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Tabela 2 - Brasil e Regiões: estabelecimentos, área total, VBP e financiamento das regiões brasileiras - Produção Familiar e Patronal

Região	Categorias	Estabelecimentos		Área Total		VBP		Financiamento		
		Números	%	Hectares	%	1.000 R$	%	Média (R$)	Total (1.000 R$)	%
Norte	Familiar	380.895	85.4	21.860.960	37.5	1.352.656	58.3	132	50.123	38.6
	Patronal	33.491	7.5	33.753.537	57.8	856.465	36.9	2.294	76.835	59.2
Nordeste	Familiar	2.055.157	88.3	34.043.218	43.5	3.026.897	43.0	65	133.973	26.8
	Patronal	161.541	6.9	43.400.169	55.4	3.858.631	54.8	21.83	352.622	70.5
Centro-Oeste	Familiar	162.062	66.8	13.691.311	12.6	1.122.696	16.3	580	94.058	12.7
	Patronal	70.470	29.1	93.321.482	86.0	5.645.933	82.1	9.074	639.439	86.3
Sul	Familiar	907.635	90.5	19.428.230	43.8	8.575.993	57.1	56.8	515.862	43.3
	Patronal	86.908	8.7	24.601.463	55.5	6.359.953	42.4	7.701	669.266	56.2
Sudeste	Familiar	633.620	75.3	18.744.730	29.2	4.039.483	24.4	227	143.812	12.6
	Patronal	202.091	24.0	44.965.470	70.2	12.409.868	75.1	4.934	997.113	87.1
Brasil	Familiar	4.139.369	85.2	107.768.450	30.5	18.117.725	37.9	227	937.828	25.3
	Patronal	554.501	11.4	240.042.122	67.9	29.139.850	61.0	4.933	2.735.276	73.8

Fonte: Censo Agropecuário, 1995/1996. Elaboração INCRA/FAO, 2000.
Org.: PEDROSO, I, L. P. B, 2005.

Na região Centro-Oeste essas disparidades podem ser justificadas pela herança histórica da década de 1970, onde as políticas agrícolas do estado brasileiro incentivavam a especulação e a apropriação privada da terra para ocupação e desenvolvimento dos cerrados, no âmbito da modernização conservadora e da expansão da fronteira agrícola.

Na região Sudeste essa modernização agravou ainda mais a concentração de terra. Ao invés de transformar os latifundiários em empresários capitalistas, transformou os empresários industriais e urbanos em latifundiários (OLIVEIRA, 2001).

A política de incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. “Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade” (OLIVEIRA, 2001, p. 01).

De todas as regiões brasileiras, o Nordeste é a região que apresenta o maior número de estabelecimentos rurais. Esse fato se relaciona aos anos de 1950 e 1960 quando as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino ganhando projeção nacional, reivindicando o acesso a terra e a luta pela liberdade no campo brasileiro (OLIVEIRA, 1988).

Em relação à importância da produção familiar, VBT total dos estabelecimentos e área ocupada, nas regiões Norte e Sul a agricultura familiar tem maior destaque, embora não fique desprezada nas outras regiões.

Na região Norte, que ainda pode ser considerada uma região de fronteira agrícola, a produção familiar representa 85,4% dos estabelecimentos rurais, e ocupa uma área de 37,5% do total, representando 58,3% do valor bruto da produção. No entanto, é uma região que recebeu grandes números de projetos de colonização

pública e que ainda apresenta números bastante expressivos em relação aos conflitos pela terra.

Em relação à região Sul, que dentre todas as regiões brasileiras, apresenta uma produção rural familiar mais dinâmica, melhor estruturada e também mais antiga em função das grandes levas de imigrantes estrangeiros, esse segmento social corresponde a 90,5% do total, ocupando uma área de 43,8% e representando 57,1% do VBP.

Esses dados demonstram a importante representatividade que a produção familiar tem em relação à área ocupada e principalmente em relação à participação na produção nacional, quando comparada com a agricultura patronal.

A respeito do financiamento, as regiões Norte e Sul recebem maiores volumes do crédito rural aplicado. No entanto, há uma grande desigualdade entre agricultores familiares e patronais, sendo que em todas as regiões a participação dos estabelecimentos familiares no crédito rural é inferior ao percentual do valor bruto da produção pelo qual são responsáveis (INCRA/FAO, 2000).

Para alguns pesquisadores como Abramovay e Veiga (1999), o PRONAF está conseguindo produzir o ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rural. No entanto, o crédito de investimento atinge parcela reduzida de agricultores, e boa parte dos que tomaram crédito de custeio já estava incluída no sistema (sobretudo pela integração agroindustrial).

Na avaliação de Romeiro (2003), "apesar de ser colocada como se fosse à contracorrente, a pequena agricultura faz parte da nossa realidade, e a convivência do grande com o pequeno reflete a situação no Brasil, com uma brutal concentração de

renda". A atividade não está em declínio, como se pensa, pois mesmo não tendo os devidos incentivos ela é responsável por uma significativa parcela do total da produção nacional.

> Existem diversas pequenas propriedades gerando muito lucro, como os produtores de flores de Holambra, interior de São Paulo. Nesse sentido, o conceito de pequeno produtor pode ser enganoso. Para o pesquisador, podemos considerar como pequeno aquele que tem uma propriedade com baixa produtividade, em área pequena e gerando baixa renda, como nos assentamentos do MST ou algumas propriedades de agricultura familiar (ROMEIRO, 2003).

No entanto, é preciso ressaltar que os programas governamentais acabam provocando a persistência da pobreza rural em função da grande fragmentação dos projetos de desenvolvimento que se formulam, muitos sem visão estratégica, agravando ainda mais os problemas estruturais. As mudanças precisam ocorrer também no comportamento e nas atitudes. Muitas vezes, esses projetos fragmentados não conseguem suprir as necessidades específicas das comunidades rurais, deixando essas muito mais vulneráveis e desarticuladas, a mercê do assistencialismo e paternalismo.

De maneira geral, os programas e projetos articulados pelo governo federal/estadual/municipal não têm superado o avanço da pobreza no campo a e exclusão social, mesmo considerando que, de certa forma, esses projetos, tenham minimizado os problemas sociais, como por exemplo, a questão da reforma agrária.

> Há cerca de 30 km de Palmas, na região de Taquaruçu Grande, fica o Assentamento São João, de 3,8 mil hectares, considerado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Tocantins (Incra), um "assentamento consolidado". Lá, quase todas as famílias já foram beneficiadas por programas de linhas de crédito, como o PRONAF e FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte). É o caso de Elsio José Alves, morador da região há mais de 50 anos. "Eu conheço isso aqui como a palma da minha mão. Nasci e me criei nessa região", diz o agricultor, pai de cinco filhos, que não troca o seu "lar" por nada. Elsio tem plantado no quintal de casa uma verdadeira "salada" de frutas, verduras e outros gêneros alimentícios. Mas, segundo ele, seu forte mesmo é a criação de gado, cujo curral foi construído com recursos do FNO. O assentamento onde vive Elsio e sua família, ainda necessita de muita atenção das autoridades, principalmente no que se refere à infra-estrutura. De acordo com Elsio, dos 45 assentados iniciais do Projeto São João, muitos já venderam suas terras que ainda não foram totalmente legalizadas pelo INCRA. "Eles sempre prometem que vão trazer os documentos mas, até agora, nada", se queixa o agricultor, que vende sua produção em Taquaralto (bairro de Palmas – TO), de onde tira o sustento de sua família (JORNAL O GIRASSOL, 2006).

Todos sabem que o problema não é dispor de terras para distribuir. Se fosse somente essa questão, em pouco tempo seria possível resolver a questão da distribuição de terras no país. A questão vai muito mais além. É preciso assegurar políticas articuladas entre todas as esferas governamentais de modo que assegure não somente a sobrevivência, mas o desenvolvimento econômico e principalmente social, como infra-estrutura, moradias, estradas, escolas, armazéns, postos de saúde, ou seja, garantir a viabilidade econômica da comunidade rural.

Sítio - José Assunção

2- AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO ESTADO DO TOCANTINS E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DE PALMAS-TO

2.1 - O Estado do Tocantins: organização territorial e a expansão da fronteira agrícola no contexto da Amazônia Legal

A construção da BR-153 representou para o antigo norte de Goiás, atual Estado do Tocantins, grandes transformações de cunho social, cultural, econômico e ambiental. A rodovia foi, sem dúvida, o caminho de abertura para a expansão da fronteira agrícola, além de ter promovido para que a região tocantinense saísse do isolamento**.**

> Em linhas gerais, podemos dizer que a rodovia Belém-Brasília representou para o Brasil e, principalmente para Goiás, um fator decisivo de abertura de frentes pioneiras e de expansão de uma economia antes marcada por traços provincianos, integrando os pólos da economia nacional e contribuindo para uma oxigenação da economia do Estado de Goiás. (SOUZA, 2002, p. 368).

Para se entender melhor a importância da rodovia Belém-Brasília, em termos de urbanização e conseqüente abertura da fronteira agrícola, Aquino (2002) afirma que é relevante observar o aumento da população recenseada no período da construção da estrada (1950 e 1960) nos municípios mais importantes da região na época. Com base nos dados da tabela 3, é possível notar que após início da construção da rodovia, os municípios de Miracema do Norte (hoje Miracema do Tocantins) e Porto Nacional, apresentaram uma relativa queda no número de habitantes (Tabela 3).

Tabela 3 - Goiás: População Total em 1950, 1960 e 1964

Município	1950	1960	1964
Miracema do Norte	8.750	15.376	12.000
Pedro Afonso	6.995	10.033	12.003
Porto Nacional	11.118	23.005	20.030
Total	**26.863**	**48.414**	**44.033**

Fonte: SOUZA, 2002, p. 383.

Esse fato está relacionado ao processo de migração que a rodovia Belém-Brasília desencadeou no Estado do Tocantins.

> Os movimentos migratórios das chamadas cidades tradicionais (principalmente aqueles localizados na margem direita do rio Tocantins), para as novas cidades as margens da rodovia, articulou uma nova rede urbana ao longo do percurso da Belém-Brasília (AQUINO, 2002. p. 347).

A esse exemplo, podemos exemplificar a população do município de Miracema do Norte, que migrava para o novo município de Miranorte localizado as margens da rodovia e a população de Porto Nacional que se direcionavam para Paraíso do Tocantins, Gurupi ou Fátima que também se localizam as margens da Belém-Brasília (SOUZA, 2002).

Para Arbués (2002), a rodovia veio acentuar a expansão da fronteira, redirecionando e incentivando a movimentação do excedente da mão-de-obra nordestina no sentido da fronteira amazônica, impondo um novo ritmo ao movimento populacional.

> Os resultados de tal processo foram à implantação e o crescimento de núcleos urbanos, alterando assim a composição das relações sociais e de produção. Inovações diversas foram introduzidas, substituindo os antigos sistemas, desmantelados pela dinâmica capitalista. O norte de Goiás, a partir dos anos de 1960, passa a ser então o centro das atenções governamentais, recebendo estímulos ligados à infra-estrutura e financiamento direto ao produtor, através dos programas especiais. Isso provocou uma mudança no panorama de ampliação de frente pioneira e de expansão (ARBUÉS, 2002, p. 403).

Conforme os dados da tabela 4 observam-se, o saldo das taxas de imigração interestaduais para o Estado do Tocantins. É possível notar que essas taxas vêm se elevando desde a década de 1970.

A imigração vinda do Estado do Maranhão destacou-se no período 1970/1980, como aquela de maior volume, correspondendo na década a 33% do total da imigração para o Tocantins. Na década seguinte, embora este tenha se mantido como maior fluxo de imigrantes para o Estado, aqueles de origem dos Estados de Goiás e Pará passaram a ter também importante papel na imigração interestadual do Tocantins.

Destaca-se na década de 1990 o Estado do Pará, com 4.634 imigrantes entre 1970/1980, para 26.507 entre 1981/1991. O Estado de Goiás passou a registrar pequeno declínio na imigração a partir dos anos de 1990, passando de 39.375 no período de 1981/1991 para 17.803 no período entre 1991/1996.

Tabela 4 - Estado do Tocantins: Origem dos imigrantes em 1970/1980, 1981/1991, 1991/1996.

UF Anterior	1970/1980	1981/1991	1991/1996
Rondônia	12	1.222	756
Acre	12	65	103
Amazonas	122	205	198
Roraima	4	247	123
Pará	4.634	26.507	14.120
Amapá	16	143	51
Maranhão	30.676	39.462	22.902
Piauí	6.670	7.447	4.042
Ceará	6.675	5.650	1.884
Rio Grande do Norte	553	457	414
Paraíba	835	1.216	694
Pernambuco	1.529	2.722	1.501
Alagoas	621	954	709
Sergipe	24	151	214
Bahia	4.057	4.686	2.251
Minas Gerais	8.576	6.721	2.582
Espírito Santo	233	239	226
Rio de Janeiro	291	958	643
São Paulo	2.996	6.741	3.620
Paraná	1.280	1.794	842
Santa Catarina	71	756	229
Rio Grande do Sul	737	2.814	824
Mato Grosso do Sul	483	682	469
Mato Grosso	913	2.984	1.990
Goiás	19.515	39.375	17.803
Distrito Federal	1.287	4.821	2.557
Total	**92.723**	**159.020**	**84.747**

Fonte: Tabulações Especiais UNICAMP/NEPO, 1999.
Org,: PEDROSO, I. L. P. B., 2005.

Ao analisar a expansão demográfica e a importância da BR-153 para o Estado do Tocantins, Souza (2002, p. 371) “afirma que essa importância deve ser avaliada pelo número de cidades que surgiram ao longo da estrada, tais como Araguaína, Colinas de Goiás, Guaraí, Miranorte, Paraíso do Norte, Gurupi, Alvorada, entre outras”.

No tocante ao crescimento demográfico dessas cidades ao longo da rodovia Belém-Brasília, é possível analisar de acordo com os dados da tabela 5 que todos os municípios, entre as décadas de 1970 e 1980, apresentaram taxas de grande

crescimento populacional, principalmente as cidades de Gurupi, Paraíso do Tocantins, Miranorte, Guaraí, Colinas do Tocantins e Araguaína. Esse período coincide com a pavimentação ao longo da rodovia “a estrada teve sua construção iniciada no final dos anos de 1950, inaugurada em 1960 e a pavimentação concluída na metade da década de 1970” (AQUINO, 2002, p. 335).

Tabela 5 - Estado do Tocantins: população total ao longo rodovia Belém-Brasília (BR-153 sentido sul - norte) em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2004

Municípios	Data da Fundação	População Total				
		1970	1980	1991	1996	2004*
Talismã	01/01/1997	-	-	-	-	2.609
Alvorada	01/01/1964	4.239	7.495	9.872	10.219	8.371
Figueirópolis	01/02/1983	3.670	8.409	7.366	7.000	5.323
Gurupi	01/01/1959	20.552	32.626	56.741	66.770	69.727
Aliança do Tocantins	01/01/1989	4.108	6.032	6.880	7.201	6.366
Fátima	01/02/1983	2.437	4.267	4.753	4.219	-
Nova Rosalândia	01/06/1989	3.002	3.303	3.080	3.591	3.240
Paraíso do Tocantins	01/01/1964	9.310	20.707	28.840	34.251	39.856
Barrolândia	01/06/1989	4.711	5.879	6.501	5.477	4.731
Miranorte	01/01/1964	5.041	11.211	10.895	10.744	12.200
Guaraí	11/04/1970	11.078	17.798	20.829	22.719	20.715
Presidente Kennedy	08/01/1972	-	11.137	6.497	7.220	3.844
Colinas do Tocantins	01/01/1964	8.444	18.172	21.022	24.474	27.207
Nova Olinda	01/02/1983	4.405	7.811	7.667	8.724	10.148
Araguaína	01/01/1959	37.780	72.069	103.396	120.559	123.353
Wanderlândia	01/02/1980	4.395	4.776	9.258	10.274	10.724
Xambioá	01/01/1959	8.453	11.674	11.751	12.968	12.345

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000. Tabulações Especiais UNICAMP/NEPO 1999. Leis e Data de Criação – Anuário do Tocantins – Seplan, 2004.
*Estimativa
Org.: PEDROSO, I, L, P,B.

Na década seguinte, entre 1991 e 1996 é possível notar um crescimento normal das taxas populacionais desses municípios No entanto, entre 1996 e 2004 com exceção de Gurupi, Paraíso do Tocantins, Miranorte, Colinas do Tocantins, Nova Olinda e Araguaína, os demais municípios apresentaram queda nas taxas populacionais. Na década seguinte, entre 1991 e 1996 é possível notar um crescimento normal das taxas populacionais desses municípios No entanto, entre 1996 e 2004 com exceção de Gurupi, Paraíso do Tocantins, Miranorte, Colinas do Tocantins, Nova Olinda e Araguaína, os demais municípios apresentaram queda nas taxas populacionais.

Embora algumas importantes cidades ao longo da rodovia Belém-Brasília, vêm perdendo população, é relevante considerar que esta rodovia ainda constitui a principal artéria do desenvolvimento dos Estados de Goiás e Tocantins, por onde circula grande parte da produção, e ainda é a principal rota de ligação entre o norte e sul do país.

É importante analisar que a rodovia Belém-Brasília, de certa forma, reestruturou a dinâmica socioeconômica do Estado do Tocantins, proporcionando pontos positivos e negativos, ou seja, novas cidades sugiram ao longo de seu percurso, promovendo movimentos migratórios inter e intraregional, cidades que antes se desenvolviam lentamente, ganharam um novo impulso devido à abertura da fronteira através da rodovia, mas por outro lado, percebe-se que o desenvolvimento acabou se concentrando ao longo da mesma, esse desenvolvimento se deu de maneira totalmente desarticulada para toda região.

Ao mesmo tempo em que fez surgir novas cidades, a rodovia trouxe uma estagnação econômica dos municípios à margem direita do rio Tocantins, pois ficaram praticamente isolados da nova rota do desenvolvimento, uma vez que a navegação

fluvial entrou em decadência, já que pela rodovia se levava menos tempo para transportar as mercadorias.

As chamadas cidades tradicionais do Estado (municípios que se localizam na margem direita do rio Tocantins) perderam não somente populações, mas o desenvolvimento em si, como é o caso do município de Porto Nacional, que entre as décadas de 1950 e 1960 era considerado uma importante cidade da região, mas após a construção da rodovia se viu fora da rota de desenvolvimento, se interligando com a rodovia “somente no final da década de 1970, quando foi construída a ponte sobre o rio Tocantins, efetivando-se sua ligação à Belém-Brasília” (AQUINO, 2002, p. 334).

> Desta maneira, enquanto a vida urbana ao norte do paralelo 13, limitava-se quase que exclusivamente ao vale do rio Tocantins, com o advento da rodovia houve apenas uma transplantação das margens do rio para as margens da estrada (AQUINO, 2002, p. 333).

Aquino (2002), ao comparar e analisar o grau de urbanização das chamadas cidades tradicionais, com as novas cidades ao longo da rodovia, constata que o grau de urbanização nas cidades às margens da rodovia são bem maiores que nas cidades tradicionais, ou seja, grande parte da população das cidades tradicionais reside em áreas rurais, enquanto a população das novas cidades habitava em áreas urbanas.

Além de promover o surgimento de várias cidades, a construção da estrada também influenciou para que o Estado do Tocantins ampliasse sua rede urbana. A figura 2 demonstra o crescimento populacional de uma forma geral do Estado do Tocantins a partir de 1991, especificando a população urbana e rural.

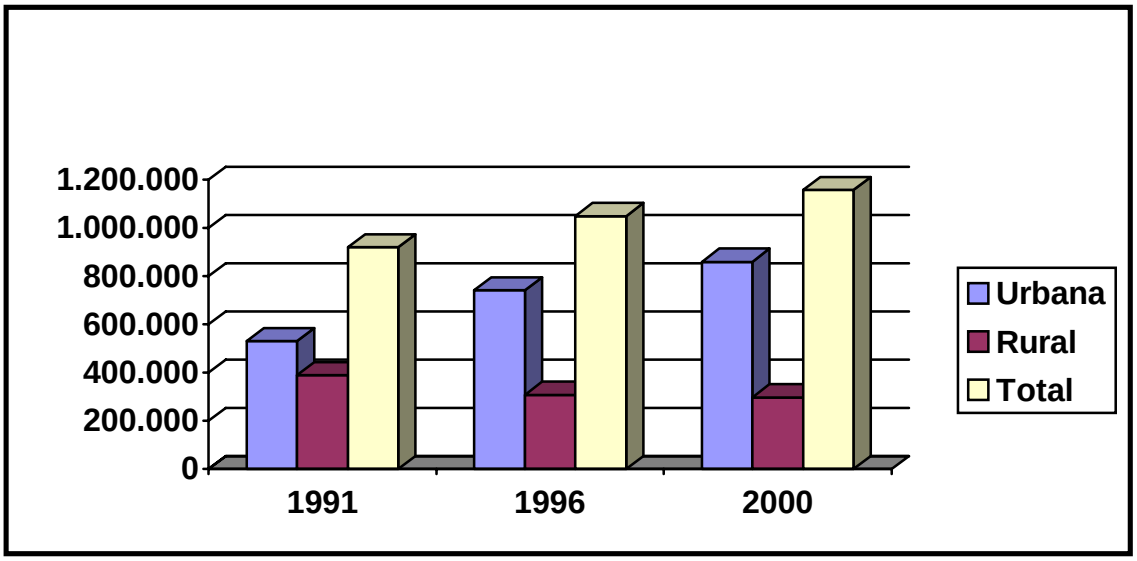


Figura 2 - Estado do Tocantins: distribuição populacional 1991, 1996 e 2000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 2000
Org.: PEDROSO, I, L, P, B.

Pode-se observar que a população urbana do Estado do Tocantins de maneira geral vem crescendo em detrimento da população rural. Esse é um fato que vem ocorrendo nitidamente nos últimos dez anos em todos os estados brasileiros que, de uma maneira geral, apresenta um contexto socioeconômico marcado pela pobreza com populações crescentemente concentradas em núcleos urbanos.

Em 2000 cerca de 74% da população tocantinense reside nas cidades, enquanto no Brasil esse índice é um pouco mais elevado, 82% (IBGE, 2000).

A tabela 6 mostra a evolução da população tocantinense por situação de domicílio, desde a década de 1970, reforçando os dados anteriores.

Tabela 6 - Estado do Tocantins: população por situação de domicílio 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000

Ano	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1970	521.139	129.58	24.87	391.552	75.13
1980	738.884	293.443	39.71	445.441	60.29
1991	919.863	530.636	57.69	389.227	42.31
1996	1.048.642	741.009	70.66	307.633	29.34
2000	1.157.098	859.961	74.32	297.137	25.68

Fonte: IBGE/Censos Demográficos e projeções/SEPLAN – TO/ DPI.
Org.: PEDROSO, I. L. P. B, 2005.

Embora o Estado do Tocantins tenha ampliado sua rede urbana após a construção da rodovia Belém-Brasília e, principalmente após a criação do Estado em 1989, cabe ressaltar que a última modificação territorial pela qual o Estado passou foi em 1997, com o desmembramento de vários municípios configurando 139 no total. Nesse universo, somente 22 municípios apresentam população acima de 10 mil habitantes, ou seja, 16% dos municípios (IBGE, 2000).

Se aumentar a margem populacional para 20 mil habitantes, constatará apenas 10 municípios, ou 7,5% do total, conforme tabela 7. Somente três municípios aparecem na lista, das cidades acima de 50 mil habitantes: Palmas (220.888), Araguaína (130.103) e Gurupi (72.834), representando 2,5% do total de municípios do Estado.

Tabela 7 - Estado do Tocantins: evolução dos 10 maiores municípios em 1980, 1991, 2000, 2004 e 2006

Municípios	População Total (hab)				
	1980	**1991**	**2000**	**2004***	**2006***
Palmas	-	24.334	137.355	187.639	220.888
Araguaína	72.069	103.315	113.143	123.353	130.103
Gurupi	38.658	56.752	65.034	69.727	72.834
Porto Nacional	39.320	43.224	44.991	46.285	47.142
Paraíso	20.707	28.825	36.130	39.856	42.319
Araguatins	18.225	27.861	26.010	28.373	29.939
Colinas do Tocantins	18.172	21.018	25.301	27.207	28.467
Miracema do Tocantins	25.313	20.815	24.444	26.729	28.239
Tocantinópolis	27.974	30.775	22.777	25.316	26.992
Guaraí	17.798	20.822	20.018	20.715	21.178
Total	**278.236**	**377.741**	**515.203**	**595.200**	**648.101**

Fonte: IBGE/Censos Demográficos e Projeções /SEPLAN – TO/ DPI.
* Estimativas.
Org.: PEDROSO, I. L. P. B, 2006.

Nesse contexto, apesar do paradoxo que o tema sobre o processo de urbanização do Estado do Tocantins proporciona, é preciso salientar que, sem dúvida, a rodovia Belém-Brasília “tirou” o antigo norte de Goiás do isolamento, do povoamento “espontâneo” e inseriu esse espaço regional à fronteira agrícola, passando a sediar grandes projetos agropecuários.

As transformações que a construção da rodovia promoveu no espaço regional tocantinense trouxeram, novas frentes de incorporações e novos conteúdos socioculturais significativos para o processo de construção de uma nova identidade regional.

2.2 - Espaço rural, produção familiar e caracterização socioeconômica do Estado do Tocantins

A questão agrária sempre apresentou grande importância no contexto socioeconômico brasileiro, tendo em vista a grande concentração fundiária remanescente do tipo de colonização pela qual o país passou.

A monocultura, o trabalho escravo e o regime de distribuição de terras através das sesmarias (grandes glebas de terras que eram distribuídas pela Coroa portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção), juntamente com vários outros fatores, deu origem ao que hoje conhecemos por latifúndio.

A antiga região norte de Goiás, que hoje corresponde ao atual Estado do Tocantins, não fez necessariamente parte das distribuições de terras pelo regime de sesmarias. A região era habitada por índios divididos em grupos: Acroás, Xacriabás, Xavante, Canoeiros, Grajaú, Apinayé, Krahô, Xambioá, Xerente, Karajás e Javaés. Essa população indígena teve um papel fundamental no processo de colonização, pois serviram de guia, canoeiro, guerreiros, caçadores e pescadores. Atualmente[4], seis nações indígenas habitam as áreas demarcadas dentro do Estado do Tocantins.

O Tocantins foi criado em 1988 pelo desmembramento de cerca de 40% do território de Goiás (o antigo norte que era a parte menos desenvolvida do estado), através do discurso de suas lideranças que afirmavam que a separação estimularia o desenvolvimento da região.

Por um lado, o Estado apresenta um grande potencial natural, com terras favoráveis à agropecuária, e grandes rios para escoamento das safras, porém o

[4] Dados de 2006.

crescimento econômico estadual ainda é modesto. A infra-estrutura, de várias cidades é incompleta e precária, inclusive da capital, Palmas. A principal via de transporte rodoviário é a BR-153 (Transbrasiliana ou Belém-Brasília). Porém, os mais graves problemas do estado são os sociais, como a grilagem e a concentração da posse da terra, origem de violentos conflitos no campo.

Esses problemas ainda são a causa de graves conflitos envolvendo fazendeiros e posseiros. Na região do Bico do Papagaio, no norte do Estado, o problema é grave, com freqüentes emboscadas e mortes. As principais atividades econômicas do estado são a pecuária e a agricultura.

Ao longo dos anos, o ouro, a pecuária e mais recentemente as estradas e a exploração do solo com a intensificação da agricultura, modificaram drasticamente a paisagem.

A agricultura sofreu significativas mudanças após a década de 1960 que, por meio da modernização, proporcionou profundas modificações no campo brasileiro. A partir de então a agricultura, além de apresentar um crescimento extensivo, apresenta também um crescimento intensivo, o que é evidenciado, respectivamente, pelo alcance de novas fronteiras agrícolas e pela utilização de novas tecnologias, como máquinas, fertilizantes e defensivos químicos, mesmo que esse processo de modernização tenha se apresentado de maneira desigual em todo território brasileiro.

Dentre os fatores que impulsionaram a transformação e a expansão da agricultura brasileira, podem-se considerar como relevantes o escasseamento das terras disponíveis para a agropecuária no sul e sudeste do Brasil; a necessidade crescente de incremento das safras agrícolas; a diversificação do parque industrial, que exigia maior diversidade e quantidade de matéria-prima e a crescente urbanização.

Neste contexto de reestruturação do espaço agrário nacional, a região Norte passa a integrar a nova dinâmica econômica do país, passando a ser uma região de “fronteira”.

Nas últimas décadas, o avanço do capitalismo no campo, principalmente a partir da década de 1960, só fez aumentar essa concentração fundiária. A chamada modernização dolorosa ou excludente (Graziano da Silva, 1999) serviu principalmente para modernizar a grande propriedade, que sempre esteve voltada para a balança comercial a qual privilegia os produtos para exportação.

A pequena e média propriedade não foi incorporada a esse processo de modernização, não houve política agrícola direcionada a esses agricultores que foram excluídos do crédito e da comercialização, os quais se fragilizaram mediante as dificuldades, promovendo o grande êxodo rural em meados da década de 1970 e 1980.

Esse modelo capitalista em favor da grande propriedade proporcionou, mais tarde, uma grande especulação de terra para os grandes grupos econômicos, ressalta Cardim (1995) que sem vínculo com a atividade rural ocuparam a ex-futura fronteira agrícola das regiões Norte e Centro-Oeste, promovendo o processo de agroindustrialização do campo (KAGEYAMA, 1990).

2.3 - Caracterização socioeconômica do Estado do Tocantins

O setor de serviços é o principal segmento econômico do Estado com participação de 52% no produto interno bruto, como mostra a tabela 8, em seguida vem às atividades agropecuárias e por último o setor industrial, com 8.6% de participação Esses dados demonstram o quanto o setor secundário se apresenta incipiente no

contexto da economia estadual, “confirmando que as atividades econômicas do Estado estão voltadas para a agropecuária” (BARBOSA, 1999, p. 119).

Tabela 8 - Estado do Tocantins: participação dos setores da economia no PIB estadual em 1999

Participação dos Setores no PIB	PIB do Estado US$	%
Produção Animal	367.405,00	32,9
Produção Vegetal	70.355,00	6,3
Indústria	95.760,00	8,6
Serviços	581.752,000	52,2
PIB Total (US$1.000)	1.115.245,00	100,00

Fonte: SEPLAN, 2004.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

O Estado é também produtor de arroz com 384.085 mil toneladas por ano (2003), soja com 376.486 mil toneladas, mandioca 343.366 mil toneladas, melancia 301.470 mil toneladas e outras culturas conforme a tabela 9.

Tabela 9 - Estado do Tocantins: principais culturas, área colhida e produção em 2003

Culturas	Área colhida (ha)	Produção (t)
Arroz	139.465	384.085
Soja	152.888	376.486
Mandioca	14.706	343.366
Melancia	6.009	301.470
Cana-de-açúcar	2.716	155.857
Milho	68.288	141.491
Banana	5.016	36.332
Abacaxi	1.831	40.392 (frutos)

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Tocantins/ SEPLAN-TO/DPI, 2004.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

A fruticultura tem conquistado destaque no Tocantins, principalmente com a produção de melancia, que em 2003 era cultivada em uma área de 6.009 hectares, com safra de 301.470 toneladas, e crescimento de 93.6% no período entre 1998/2003 como

mostra a tabela 10. A produção de banana com uma área de 5.016 hectares cultivados e 36.332 toneladas de produção, também apresentou significativas taxas de crescimento – 59,9% - no mesmo período, conforme a tabela 10.

O abacaxi também é outra cultura que também vem ganhando expressividade, cultivado em uma área de 1.831 hectares, apresentando safra de 40.392 em 2003, a um crescimento anual de 7,21% .

Tabela 10 - Estado do Tocantins: médias anuais de crescimento dos principais produtos agrícolas em 2003

Produto	Período	Taxa Média Anual de Crescimento
Melancia	1998/2003	93,62
Banana	1998/2003	59,93
Sorgo	1998/2003	49,63
Soja	1998/2003	25,06
Milho	1998/2003	8,79
Abacaxi	1998/2003	7,21
Arroz	1998/2003	4,44
Cana-de-açúcar	1998/2003	4,07

Fonte: SEPLAN-TO/Departamento de Pesquisa e Informação, 2004.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

Em 2003 a pecuária bovina de corte destacou como uma importante atividade econômica no Estado que possui o segundo maior rebanho da região Norte, com 7.659,743 cabeças de gado, merecendo destaque também as aves e os suínos (tabela 11).

Tabela 11 - Estado do Tocantins: efetivo rebanho em 2003

Rebanhos	Total do Estado
Bovinos	7.659.643
Suínos	236.184
Bubalinos	16.732
Eqüinos	158.593
Asininos	15.831
Muares	57.668
Ovinos	64.624
Caprinos	24.164
Aves	3.271.391

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Tocantins, 2004.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

Na pauta de exportações, percebe-se que os produtos agropecuários representam mais de 50% das vendas, o que demonstra a importância do setor primário na economia estadual, mas por outro lado demonstra o deficitário setor secundário e conseqüentemente os baixos índices de industrialização que o Estado apresenta como já foi mencionado na tabela 4.

Os produtos que mais se destacam no contexto das exportações de acordo com a tabela 12, são a soja, representando 87,9% das vendas, seguida da carne e derivados com 11,4%.

Tabela 12 - Estado do Tocantins: principais produtos de exportação em 2003

Produtos Exportados	Total	%
Soja	40.070.772	87.91
Carnes e derivados	5.206.073	11.42
Abacaxi	242.496	0.53
Outros	61.622	0.14
Total	**45.580.963**	**100.00**

Fonte: SEPLAN-TO/DPI, 2004. Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

Nesse sentido, observa-se que as atividades agropecuárias ocupam lugar de destaque na economia do Estado. De acordo com BARBOSA, (1999, p. 119) “o

PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) tem apresentado resultados favoráveis no Tocantins". A primeira fase do programa foi desenvolvida em Irai de Minas (MG) no período de 1979 a 1984, a segunda em várias cidades de Minas, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1985 a 1993, a terceira iniciou em 1995 a 2001 nos município de Pedro Afonso (TO), localizada a 200 km ao norte de Palmas, e em Balsas (MA). A figura 3 ilustra a expansão do programa nos domínios do cerrado brasileiro.

Figura 3 - Expansão do PRODECER - 1979 a 1993
Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2003

O PRODECER é 51% financiado pelo capital estrangeiro e 49% pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Japan International Cooperation Agency) JICA.

“Os objetivos do programa é selecionar e financiar a compra de terras, equipamentos e insumos e a construção de casas e galpões” (BARBOSA, 1999, p. 120).

No Estado do Tocantins, desde 1999 um acordo entre a JICA e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), juntamente com outros órgãos, visa estabelecer um padrão tecnológico para a viabilização do PRONAF por meio do PROJETO FORTER - Fortalecimento da Extensão Rural, que conta também com a parceria RURALTINS e UNITINS.

O principal objetivo do PROJETO FORTER é a promoção do desenvolvimento sustentável da pequena agricultura no estado do Tocantins mediante a adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo de intervenção no meio real, que busca favorecer a utilização de inovações tecnológicas e sociais pelos pequenos produtores.

> Em Pedro Afonso foram instalados, em lotes individuais de aproximadamente 970 hectares cada, 40 produtores rurais do TO, PA, MG e SP. Cada um entra no projeto com 10% do valor do investimento e responde totalmente pelo negócio, embora o projeto seja comunitário. Na área total ocupada, de 40 mil hectares, 20 mil estão dedicados a agricultura com predominância de soja – 17 mil ha – com a expectativa de produção de 40 mil toneladas neste ano e escoamento barato para o exterior pelo porto de Itaquí (MA), onde poderá, em breve, chegar por ferrovia ou por hidrovia (BARBOSA, 1999, p. 120).

O PROJETO FORTER baseia-se em metodologia semelhante à implementada pela Embrapa no Projeto Silvânia[5] em Goiás. A outra metodologia proposta é preconizada pelo Institute de L’Elevage da França, denominada Redes de Referências para a Agricultura Familiar.

O apoio do PROJETO FORTER objetiva abranger os produtores, além de proporcionar suporte para a criação de canais de comercialização e comunicação. Os

[5] Disponível em : www.cpac.embrapa.br/pesquisa/ProjetosParceria/projetosilvania.html

japoneses fornecem recursos para a compra de equipamentos, veículos e pequenas máquinas, e para a montagem da rede de comunicação entre os centros de referências e os produtores.

As Redes serão distribuídas no Estado do Tocantins em quatro territórios (1-Bico do Papagaio, com sede no escritório do RURALTINS em Araguatins; 2-Centro-Norte, sede em Guaraí; 3-Centro, sede em Porto Nacional; e 4-Sul-Sudoeste, sede em Alvorada), selecionados por técnicos da Secretaria da Agricultura, SEPLAN, RURALTINS, UNITINS, Embrapa e outros pelos tipos de produtores existentes, os recursos naturais disponíveis (principalmente solo) e a organização social.

De acordo com a UNITINSAGRO, a nível estadual haverá uma coordenação composta por técnicos da Secretaria da Agricultura, RURALTINS e UNITINS, as quais tentarão garantir o funcionamento de todas as redes.

O projeto só iniciou suas atividades em 2006, e ainda não teve efetivação das redes de referência em função da falta de articulação entre os órgãos responsáveis, como já foi mencionado.

Neste sentido, é necessária a gradativa remoção do desafio representado pela ausência da referida interação entre as agências responsáveis e os atores sociais, no sentido de iniciar, ampliar e consolidar, maneiras inovadoras de promover o envolvimento dos pesquisadores, agricultores e demais agentes, direta ou indiretamente vinculados, ao delineamento de ações relevantes, que possam favorecer o desenvolvimento local por meio dos estabelecimentos rurais familiares, uma vez que se constituem a maioria no Estado do Tocantins como demonstra a tabela 13, onde o número total dos estabelecimentos familiares representam 75% do universo total dos estabelecimentos estaduais.

Tabela 13 - Estado do Tocantins: Número de Estabelecimentos, Área e Renda por Estratos de Área, Categorias Familiares e Patronais

Categorias	Totais		Menos de 5 ha		Entre 5 e 20 ha		Entre 50 e 100 ha		Mais de 100 ha	
	Número	ha	Número	ha	Número	ha	Número	ha	Número	ha
Total Familiar	34.521	5.328.131.220	3.520	3.826	2.407	31.795	6.612	504.621	15.002	4.532.347
Maiores rendas	3.959	1.056.596.072	37	84	102	1.377	674	51.706	2.700	986.418
Renda média	11.139	1.933.562.571	269	652	527	7.186	2.407	183.279	5.749	1.660.886
Renda baixa	8.484	1.026.500.548	919	1.211	708	9.638	1.763	134.869	3.016	805.690
Quase sem renda	10.939	1.311.472.029	2.295	1.879	1.070	13.594	1.768	134.767	3.537	1.079.353
Patronal	7.956	10.732.605.857	14	34	79	1.054	425	33.273	7.207	10.689.669
Instituições Religiosas	14	16.273.400	2	8	2	39	1	87	9	16.038
Entidades Públicas	2.419	688.705.871	167	362	118	1.639	433	33.373	822	620.347
TOTAL	44.910	16.765.716.348	3.703	4.230	2.606	34.527	7.471	571.355	23.040	15.858.401

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Elaboração: INCRA/FAO.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

O que se verifica no Tocantins é uma estrutura fundiária não muito diferente do que ocorre no restante do país, isto é, concentrada, onde a categoria familiar ocupa a maior parte dos estabelecimentos, porém, quando se trata da distribuição de terras esse segmento é superado pela categoria patronal, conforme os dados da tabela 9.

O segmento familiar é representado por 34.521 estabelecimentos rurais correspondendo a 76,9%, ocupando uma área de 31% do total de hectares, enquanto a categoria patronal possui 7.956 estabelecimentos, isto é, apenas 17,7% dos estabelecimentos totais ela ocupa uma área correspondente a 64% dos hectares.

De maneira geral, de acordo com Mendes (2005), pode se afirmar que a produção rural familiar apresenta duas realidades distintas. De um lado, existem as explorações familiares empresariais, que se caracterizam por apresentarem elevada capacidade de inovação tecnológica, possibilidade de atendimento das necessidades do mercado, elevada produtividade e serem criadas pelo Estado capitalista. De outro lado, existe a pequena agricultura de subsistência, assentada na prática da policultura, sob técnicas tradicionais de cultivo que recorrem ao mercado para comercializar o seu excedente produtivo.

Em 2006, 35 mil famílias estavam inscritas no PRONAF[6]. Cerca de 14 mil já foram beneficiadas com vários tipos de empréstimos oferecidos pelo programa, com juros que variam de 2% a.a. (para famílias de assentamentos) até 7,5% a.a. (para os agricultores com renda de até R$ 60 mil anuais), bem abaixo do que é cobrado em outras linhas de crédito rural, que costumam ter juros, em média, de 9% a. a. Se pagar em dia, ainda pode obter 25% de desconto nos juros.

[6] Palmas-TO: JORNAL O GIRASSOL, 14/03/2006.

De acordo com os dados do PRONAF (2006), a região do extremo norte do Estado, conhecida como O Bico do Papagaio é região com maior número de famílias cadastradas no PRONAF.

A mandioca e o arroz são os principais gêneros agrícolas financiados pelo programa. Mas, a situação do Estado quanto ao repasse de recursos para o agricultor tocantinense ainda é incipiente. De acordo com o secretário executivo do programa, o Tocantins participa com apenas 3% da fatia do PRONAF.

> As regiões Sul e Sudeste do país são responsáveis por cerca de 80% do bolo, que esse ano, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, será de R$ 5,4 bilhões. Mesmo assim, o Estado possui o título de 2º lugar em eficiência de aplicação. Isso significa que de todos os recursos que são destinados ao Tocantins, quase 100% são logo distribuídos entre os inscritos, o que não é garantia de bom uso do dinheiro (O GIRASSOL, 2006).

Em relação aos recursos, tanto as autoridades quanto produtores rurais concordam com a demora na sua liberação pelo Governo Federal.

> Muitas vezes, quando a verba está disponível nos bancos, já se passou o tempo dos preparos para o cultivo da terra, como aconteceu no ano passado, quando o dinheiro do programa só pôde ser obtido já no final do segundo semestre. Sendo que isso deveria ter acontecido até setembro (JORNAL O GIRASSOL, 2006).

De acordo com a pesquisa de campo[7] na RURALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins), foi enfatizado o apoio ao acesso tecnológico à agricultura familiar, através da parceria com o Banco do Brasil Tocantins, com o objetivo em oferecer apoio técnico-financeiro a produtores rurais, diretamente ou por meio de suas cooperativas e associações, e para as micro, pequenas e médias agroindústrias, que estejam inseridas nas cadeias do agronegócio dos diversos produtos da região.

---

[7] Pesquisa de Campo realizada em 05/09/2005.

A idéia é proporcionar ações integradas de capacitação, preservação ambiental, assistência técnica, implantação, manutenção e ampliação das atividades agropecuárias no Estado do Tocantins. Possibilitar a concessão de financiamentos de custeio, de investimento e de comercialização significa aumentar a competitividade e a sustentabilidade da agropecuária tocantinense. São incentivadas culturas de arroz, milho, mandioca, feijão e outras que sejam economicamente viáveis. Através do crédito é possível adquirir matrizes e reprodutores bovinos, caprinos, ovinos e suínos, além de insumos agrícolas, máquinas e equipamentos. Para cada finalidade estão disponibilizadas diferentes linhas de crédito do Banco do Brasil.

O Estado do Tocantins está recebendo incentivos para geração de renda, comercializando seus produtos diretamente para o governo do Estado, dentro do programa federal Compra Direta Local. São cerca de 800 produtores rurais e 167 entidades de 30 municípios que puderam contar com R$ 2,5 mi (U$ 1.086 mil)[8] ao ano (2006), para o plantio de culturas como banana, arroz, feijão, mandioca e coco, leite produtos de fácil consumo. Os recursos foram disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, na ordem de R$ 2 milhões (U$ 869 mil) com contrapartida do governo estadual, de R$ 230 mil (U$ 1.000 mil).

Foram contemplados 25 municípios da Região do Bico do Papagaio, além de Palmas, Porto Nacional, Santa Tereza do Tocantins, Aparecida do Rio Negro e Lagoa do Tocantins. Os produtores recebem capacitações e oficinas para o manuseio das culturas e assistência técnica dos técnicos da RURALTINS.

[8] Cotação do dólar em setembro de 2005: U$ 2.30

Os alimentos comprados são doados aos programas sociais como os Pioneiros Mirim e Pastoral da Criança. É necessário que o município instale o COMSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional), obedecendo às normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Para ter acesso ao benefício o interessado deveria se enquadrar nas linhas A e D do PRONAF, devendo ser assentado ou ter mais de 70% da produção provenientes da agricultura familiar ou de subsistência.

De acordo com o Jornal Conexão[9], mais uma etapa do Programa Quintal Verde foi executada. Com o objetivo de implantar 15 mil hortas caseiras, 400 comunitárias, 500 escolares e 70 hortas de estufa com sistema de irrigação, o programa é realizado pelo governo do Estado, por meio da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (ITERTINS), já atendeu em 2004, cerca de 33 mil famílias e 150 mil alunos nas escolas, nos municípios da região do Jalapão.

Além da entrega de “kits” caseiros e comunitários para hortas como sementes de alface, cebola, couve e tomate para os agricultores familiares, os técnicos do RURALTINS acompanham as hortas com assistência técnica gratuita e orientação aos produtores familiares, no preparo dos canteiros, manejo adequado e comercialização.

> Segundo o presidente do RURALTINS, Raimundo Dias, o projeto, com enfoque social, busca melhorar a alimentação do agricultor familiar com alimentos com proteínas, vitaminas e sais minerais contribuindo ainda com programas como o Fome Zero, aumentando a oferta de alimentos naturais. O objetivo é incentivar a horticultura e promover a melhoria da qualidade alimentar da população, especialmente entre as famílias carentes, e contribuir para o crescimento do cinturão verde do município, aproveitando a mão-de-obra ociosa (JORNAL CONEXÃO, 2005).

[9] Palmas-TO: JORNAL CONEXÃO, 23/08/2005.

Por um lado as ações acontecem em parceria com prefeituras municipais, associações cooperativas e com a comunidade em geral, através dos escritórios regionais e municipais do RURALTINS, beneficiando os 139 municípios do Estado. Por outro é possível perceber que os esforços das agências públicas e privadas não têm permitido a realização de uma interação dinâmica entre as instâncias de concepção e usufruto da atividade técnico-científica, capaz de potencializar a comercialização e a sustentabilidade da produção familiar.

2.4 - A criação do município de Palmas

Com a criação do Estado do Tocantins em 05 de outubro de 1988, umas das metas seria a escolha de seus dirigentes - Governador, Vice, Deputados, Senadores - e a escolha da região que abrigaria a nova capital estadual.

No dia 15 de outubro do mesmo ano, na eleição presidida pelo Tribunal Regional de Goiás, José Wilson Siqueira Campos é eleito o 1º Governador do Estado do Tocantins, por um período de dois anos.

Com um discurso ufanista, o Governo já havia declarado o compromisso de sediar a capital onde melhor atendesse os interesses do Estado e de sua gente.

Ainda em período de campanha para a criação do Estado, o provável primeiro governador, Siqueira Campos, prometeu para as três principais cidades do norte de Goiás; Araguaína, Porto Nacional e Gurupi:

> a escolha de uma delas como futura capital definitiva do Tocantins. Apesar de estas três cidades serem as que melhores condições tinham para sediar o governo local, mesmo assim, o governador optou por construir uma nova e moderna capital. Evidentemente que surgem ainda interesse de grandes construtoras na possibilidade de ser erguer essa nova cidade (BARBOSA, 1999, p. 101).

"Devido a esse acontecimento e a interesses políticos, as cidades de Araguaína, Paraíso, Porto Nacional e Gurupi organizaram movimentos articulados, cada uma reivindicando a sede do Governo do nascente Estado" (CARVALHO, 2002).

Ignorando as pressões e as promessas, o então Governador Siqueira Campos escolhe, para sediar a Capital Provisória, a cidade de Miracema do Norte, no centro do Estado, anunciando que construiria imediatamente a capital definitiva em um local propício que atendesse toda a população.

"Na época da instalação do Governo Provisório, o município de Miracema do Norte possuía 30.324 habitantes" (Carvalho, 2002, p. 45), localizada à margem esquerda do rio Tocantins, a 22 km de Miranorte, que se localiza as margens da BR-153.

> O governador Siqueira Campos, assume o Governo do Estado prometendo construir uma cidade moderna, bonita, funcional, para ser a sede administrativa do Estado do Tocantins. Dizendo que o Governo se instalara em Miracema em caráter provisório, pois, em um ano o Tocantins teria sua capital definitiva (CARVALHO, 2002, p. 47).

A escolha do local para sediar a capital definitiva provoca polêmica. Alguns deputados queriam a margem esquerda do rio Tocantins, outros queriam a direita. Comitês e organizações foram criados, para sustentarem a idéias de seus idealizadores.

O Governador se coloca à disposição dos Deputados no dia 29 de janeiro de 1989 para visitarem as três áreas indicadas pelo Grupo Quatro[10], empresa contratada para desenhar a capital: Canela, Mangue e Santa Luzia – que na época eram povoados do município de Porto Nacional.

Após inúmeras assembléias, os deputados escolhem a região do Canela para sediar a nova capital do Estado do Tocantins, em um espaço de 1.024 Km constituído de 24 propriedades.

No dia 14 de fevereiro de 1989, a Assembléia autoriza o Governo a desapropriar a área. No dia 06 de março, por decreto, o Governador cria a Comissão de Implantação da Nova Capital (NOVACAP), nomeando o Deputado Federal Eduardo Siqueira Campos seu Presidente. Dia 19 de julho do mesmo ano, a Assembléia Estadual Constituinte aprova Projeto de Lei do Executivo, criando o Município de Palmas, Lei que é sancionada dia 1º de agosto seguinte, quando o Governador confirma a transferência da Capital de Miracema para Palmas.

> [...] o nome Palmas, foi escolhido pelo Governador em homenagem à Vila da Palma, fundada por Theotônio Segurado em 1815, onde hoje é a cidade de Paranã (CARVALHO, 2002, p. 48-49).

Assim, surgiu Palmas, do desmembramento territorial dos municípios de Porto Nacional e Taquaruçu (que passou a ser distrito da capital). Situada à margem direita do rio Tocantins, entre as serras do Carmo ou Estrondo e Lajeado, a cidade é delimitada pelos meridianos de 47º e 49º oeste e os paralelos 9º e 11º sul.

A pedra fundamental foi lançada em 20 de maio de 1989, e a transferência da capital estava programada para 1º de janeiro de 1990, sendo que o administrador do

---

[10] Empresa de Goiânia, que ficou encarregada do projeto arquitetônico de Palmas, juntamente com a ENSA que executaria as obras de engenharia civil da nova capital (BARBOSA, 1999, p. 101).

município seria indicado pelo Governador. No entanto, a lei não permite nomeação de Prefeito nem tão pouco, eleição extra, tendo em vista que as próximas eleições só ocorreriam em outubro de 1994.

Diante desse impasse, a única alternativa seria incorporar o município de Taquaruçu ao de Palmas e transferir a Prefeitura para o Plano Diretor, passando Taquaruçu de município para distrito da nova capital.

> Ao cair da noite de 19 de dezembro de 1989, a Câmara Municipal de Taquaruçu aprova a lei nº 17/89. [...] Palmas já tinha Prefeito e Câmara de Vereadores, legitimamente constituídos. Foi nesse contexto, que Fenelon Barbosa Sales, Prefeito de uma pequenina e esquecida cidade no interior do Tocantins, perdida entre as serras e longe do progresso, a partir daquele 19 de dezembro, se torna o primeiro e histórico Prefeito da nova capital do Tocantins, Palmas (CARVALHO, 2002, p. 50).

De acordo com Barbosa (1999, p. 102) “o projeto arquitetônico de Palmas segue uma tendência do pós-moderno, um pouco parecido com o de Brasília, onde dois eixos principais se cruzam, formando uma cruz”.

No caso de Palmas, os eixos principais são as avenidas Teotônio Segurado (Figuras 4 e 5) que corta a cidade no sentido norte e sul, e Juscelino Kubitschek (Figuras 6 e 7) que corta a cidade no sentido leste e oeste.

O Palácio Araguaia (sede do Governo Estadual), em segundo plano na figura 4 situa-se justamente na confluência das duas avenidas.

Figura 4- Palmas -TO: Avenida Teotônio Segurado, ao fundo Palácio Araguaia (sentido norte)

Fonte: Pesquisa de Campo, Jan/2006.
Autor: PEDROSO, I. L. P. B.

Figura 5 Palmas-TO: Avenida Teotônio Segurado (sentido sul)
Fonte: Pesquisa de Campo, Jan./2006.
Autor: PEDROSO, I. L. P. B.

Figura 6 – Palmas-TO: Avenida Juscelino Kubitsckek (sentido leste)
Fonte: Pesquisa de Campo, Jan./2006.
Autor: PEDROSO, I. L. P. B.

Figura 7 - Palmas - TO: Avenida JK, sentido oeste (em segundo plano Serra do Lajeado)

Fonte: Pesquisa de Campo Jan./2006
Autor: PEDROSO, I. L. P. B.

2.5 - A estrutura fundiária e a produção rural no município de Palmas-TO

Para se analisar a estrutura fundiária do município de Palmas, recorremos aos dados do IBGE (1995/96) que são apresentados no estudo da FAO onde mostram a forma pela qual os produtores rurais (proprietários, ocupantes, arrendatários e parceiros) ocupam tal espaço.

A estrutura fundiária do município é representada por 607 estabelecimentos rurais de acordo com o Censo Agropecuário de 1995/96, sendo a maioria do tipo familiar, ou seja, 453 estabelecimentos ocupando uma área de 74,6% do total.

Já os estabelecimentos do tipo patronal são representados com 103 estabelecimentos ocupando 17% da área, e o restante corresponde aos estabelecimentos de entidades públicas, com 51 propriedades, representando 8,4% do total da área, como pode ser observado na tabela 14.

Nesse contexto, pode-se afirmar com base nos dados da tabela 14 que a estrutura fundiária do município de Palmas é concentrada. Enquanto 453 estabelecimentos familiares ocupam 74,6% dos estabelecimentos totais e 38% da área total em hectares, os estabelecimentos do tipo patronal que são 103, ocupam 17% dos estabelecimentos, e 60% da área total, ou seja, menos da metade do número dos estabelecimentos, quando comparado ao tipo familiar, com quase o dobro da área ocupada.

Tabela 14 - Palmas-TO: número de estabelecimentos e área categorias familiares, patronal e entidades públicas - 1995/1996

Categorias	Estabelecimentos		Área Total	
	Número	%	Hectares	%
Familiar	453	74,6	43.813	38,0
Patronal	103	17,0	69.074	60,0
Entidades Públicas	51	8,4	2.358	2,0
TOTAL	**607**	**100,0**	**115.245**	**100,0**

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE/ Elaboração: Convênio INCRA/FAO.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

2.6 - Política Rural em Palmas

Em entrevista[11] com o Secretário Municipal de Agricultura de Palmas, ele declarou que o objetivo da Secretaria Municipal da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (SAGRI), juntamente com o governo estadual, é estruturar o entorno de Palmas, proporcionando condições favoráveis à implantação de um Cinturão Verde capaz de suprir as necessidades do mercado local em produtos hortifrutigranjeiros. Para isto, desenvolve programas e ações junto aos produtores que envolvem desde a transferência de tecnologia e o preparo do solo para plantio até a comercialização da produção.

Os programas são implantados e coordenados pela SAGRI nas seis regiões rurais do município (Jaú; Boa Esperança; Buritirana; São João; Taquaruçu e Taquaruçu Grande) como mostra o quadro 2, com o objetivo de reduzir a compra em outros

[11]Entrevista concedida no dia 06/09/2005.

centros produtores melhorando assim a qualidade e os preços destes produtos para o consumidor.

Quadro 2 - Palmas-TO: principais programas de apoio à produção rural familiar - SAGRI/2005

Programas	Objetivos
Programa Cartão Rural	→ Oferecer um crédito de mil reais, pagos em duas parcelas, a duzentos pequenos produtores do entorno de Palmas. Os créditos são gastos nas lojas credenciadas pela SAGRI em ferramentas e insumos para produção rural.
Programa Agente de Apoio à Força Jovem do Campo e Programa Força Jovem do Campo	→ Buscar ocupação e renda à população jovem das comunidades rurais e envolver estas pessoas na solução de seus problemas do cotidiano, além de auxiliar os técnicos da SAGRI na promoção de suas atividades de fomento à produção. É realizado em parceria com o Estado do Tocantins.
Programa Bolsa Agrária	→ Incentivar os jovens filhos de produtores rurais de baixa renda ou de agricultura familiar, a cursar o ensino superior com o apoio de uma bolsa escolar. Tem como objetivo qualificar a mão de obra no meio rural e estimular a fixação do homem no campo, evitando o êxodo da população jovem.
Programa Clínicas Tecnológicas	→ Visa transferir tecnologia na produção agrícola a produtores que tenham dificuldade de acesso à informação. A equipe técnica da SAGRI vai até onde está o produtor e utiliza recursos como exibição de fitas didáticas e aulas práticas em assuntos como calagem de solo, uso adequado de defensivos agrícolas, uso racional de água e técnicas de produção em diversos tipos de cultura.
Programa de Avicultura Alternativa	→ Estimular a criação do frango caipira melhorado, que tem sabor semelhante ao frango caipira comum mas cresce em menos tempo. A SAGRI facilita a aquisição dos pintinhos para formação do plantel e acompanha a criação, incluindo a vacinação. Tem o objetivo de diversificar a alimentação e gerar ocupação e renda.

Programa de Abastecimento Integrado	→ Facilitar o escoamento da produção local e evitar a compra em outros centros de produtos que podem ser cultivados em Palmas. Trabalham no PAI duas equipes de técnicos: uma para negociar a produção e evitar a superprodução de alguns produtos e conseqüente queda de preço e outra para incentivar a produção e melhorar a qualidade dos produtos.
Programa de Pesquisa Participativa para a Cultura da Mandioca	→ Experimentar diversas variedades de mandioca para que sejam escolhidas as que melhor se adaptam às condições de solo e clima da região. Programa de Fomento à Cultura da Mandioca - incentiva a cultura de mandioca de mesa para abastecer o mercado local e principalmente de mandioca industrial para abastecer as casas de farinha do município.
Programa de Ovinocaprinocultura	→ Incentivar parceria com entidades como Secretaria de Estado da Agricultura e Sebrae, visa estabelecer uma cadeia produtiva de leite de cabra e seus derivados na região.
Programa Hortas Comunitárias	→ Objetiva oferecer assistência técnica (SAGRI) e custeio das despesas de água para irrigação, as hortas comunitárias podem, além de variar e tornar mais nutritiva a alimentação das famílias de baixo poder aquisitivo, gerar ocupação e renda para estas famílias.

Fonte: Pesquisa de Campo / Entrevista: 06/06/2005. Secretaria Municipal da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, 2005.
Org.: PEDROSO, I, L, P. B.

De acordo com o Secretário Municipal de Agricultura o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) possui representantes de instituições públicas voltadas ao desenvolvimento rural do município, e também representante das diversas associações de produtores rurais de Palmas.

O objetivo do CMDRS é traçar as diretrizes de atuação da SAGRI junto com os próprios produtores rurais. A administração das feiras cobertas coordena o trabalho de comercialização de produtos em bancas nas seis feiras cobertas da capital.

As figuras 8, 9, 10 e 11 retratam a feira da quadra 304 Sul, que é maior da cidade, sendo realizada toda sexta-feira a partir das 16:00 horas. De acordo com o senhor Daniel Rodrigues de Araújo (funcionário da Secretária Municipal de Agricultura), cerca de 70% dos produtores rurais que comercializam nessa feira não residem em Palmas e sim na região. A feira não é destinada somente aos produtores rurais, nela se encontram também comerciantes de artesanato, roupas, utensílios domésticos e outros artigos.

Figura 8 - Palmas-TO: comercialização de verduras pelos produtores na feira livre
Fonte: Pesquisa de Campo Março/2006.
Autor: PEDROSO, I. L. P. B.

O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) tem a competência de fiscalizar a produção de alimentos no âmbito municipal. Atualmente trabalha na elaboração de uma legislação específica para alimentos de produção artesanal, como queijo, lingüiça e conservas.

Figura 9 - Palmas-TO: vendedor ambulante e barracas de artesanato na feira livre

Fonte: Pesquisa de Campo, Março/2006. Autor: PEDROSO, I. L. P. B.

Figura 10 - Palmas-TO: vendedor de queijo e requeijão na feira livre

Fonte: Pesquisa de Campo, Março/2006. Autor: PEDROSO, I. L. P. B.

Figura 11 - Palmas-TO: barraca de verduras e roupas na feira livre (Quadra 307 N)
Fonte: Pesquisa de Campo, Abril/2006.
Autor: PEDROSO, I. L. P. B.

A Patrulha Mecanizada é o um serviço da Prefeitura Municipal a qual realiza o preparo de solo e a incorporação de insumos para plantio sem custo para o pequeno produtor. Atualmente a Prefeitura conta com uma frota de 8 tratores.

O Viveiro de Mudas é alternativa de distribuição gratuita de mudas para a formação de pomares comerciais e domésticos de árvores frutíferas nativas e de outras regiões.

O Núcleo de Apoio ao Produtor (NAP), tem como objetivo amenizar os problemas cotidianos do trabalho no campo através do apoio técnico de engenheiros

agrônomos e técnicos agrícolas sem custo. Cada região rural de Palmas tem uma equipe que atende os produtores de acordo com a demanda de solicitações.

O Núcleo de Apoio Rural (NAR) funciona como um posto avançado da SAGRI. O primeiro já está pronto na região do Jaú e serão iniciadas as obras em Boa Esperança. A Prefeitura de Palmas pretende que cada região rural tenha um NAR em funcionamento, o que reduzirá a distância entre os produtores e o trabalho de assistência técnica.

De acordo com o Secretário, a grande maioria dos estabelecimentos rurais do município são mini ou pequenas propriedades, sendo que as propriedades nas margens do lago do rio Tocantins[12] são voltadas para recreação e lazer, e as do interior do município voltadas para subsistência.

A falta de dados censitários mais específicos e atuais dificulta a realização de um diagnóstico que contenha o perfil da produção e as condições socioeconômicas dos produtores (quem, o que, quanto, quando e como se produz). Recentemente, foi realizado um cadastramento voluntário “Diagnóstico da Realidade Levantada do Cadastramento Voluntário, no período de 04 a 17 de maio de 2005”, no qual se cadastrou 457 estabelecimentos rurais do município.

Ressalta também, a grande importância da viabilidade de implantação do Ceasa-Tocantins no município e do Mercado Municipal de Palmas, pois as feiras só ocorrem de quinta-feira a domingo. Nesse sentido, o Mercado Municipal funcionaria como um ponto de comercialização permanente, proporcionando ao produtor uma produção em larga escala de forma que possa abastecer as feiras e supermercados do município e

[12] Lago da Usina de Hidrelétrica de Lajeado que se localiza a 50Km ao norte de Palmas - TO.

da região, além de combater o desemprego que chega a 22,2% em Palmas e 34,8% em Taquaralto e Aurenys. [13]

Nas tabelas 15 e 16 é possível visualizar a grande quantidade de importação das frutas e dos hortifrutigranjeiros de uma maneira geral. São notórios os baixos índices de comercialização das frutas, em feiras e supermercados oriundos do próprio Estado. Nos supermercados, 95,52% das frutas são importadas do Estado de Goiás, e nas feiras 48,12% são importadas de outros Estados. Esses dados refletem a falta de incentivo aos produtores.

Tabela 15 - Palmas-TO: origem das frutas comercializadas em feiras livres e supermercados em 2005

Origem das Frutas	Feiras (%)	Supermercados (%)
Goiás	23,7	95,5
Tocantins	28,1	0,9
Outros Estados	48,1	3,5
Total	**100,0**	**100,0**

Fonte: Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica da Implantação do Ceasa-TO/ Núcleo de Gestão Pública Inovadora – UFT/Junho de 2005.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

Em relação aos produtos de origem hortigranjeiros comercializados em feiras e supermercados, os índices são mais elevados, sendo o Estado do Tocantins responsável pela maior parte do fornecimento dos produtos, com 60,6% em feiras e 83,8% em supermercados. Porém Goiás, ainda fornece 29,6% dos produtos em geral e os outros Estados 25,7%.

[13] Dados do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica da Implantação do Ceasa-TO/ Núcleo de Gestão Pública Inovadora – UFT/Junho de 2005.

Tabela 16 - Palmas-TO: origem dos hortigranjeiros comercializados em feiras livres e supermercados em 2005

Origem dos Hortigranjeiros	Feiras (%)	Supermercados (%)
Goiás	20,1	9,5
Tocantins	60,6	83,8
Outros Estados	19,2	6,5
Total	**100,0**	**100,0**

Fonte: Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica da Implantação do Ceasa-TO/ Núcleo de Gestão Pública Inovadora – UFT/Junho de 2005.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

Na figura 12 é possível perceber a grande participação da comercialização de hortigranjeiros e frutas do Ceasa-GO nos Estados da região Norte. O Estado de Goiás fornece 34% da produção de hortigranjeiros, e 21% da produção frutífera para os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins.

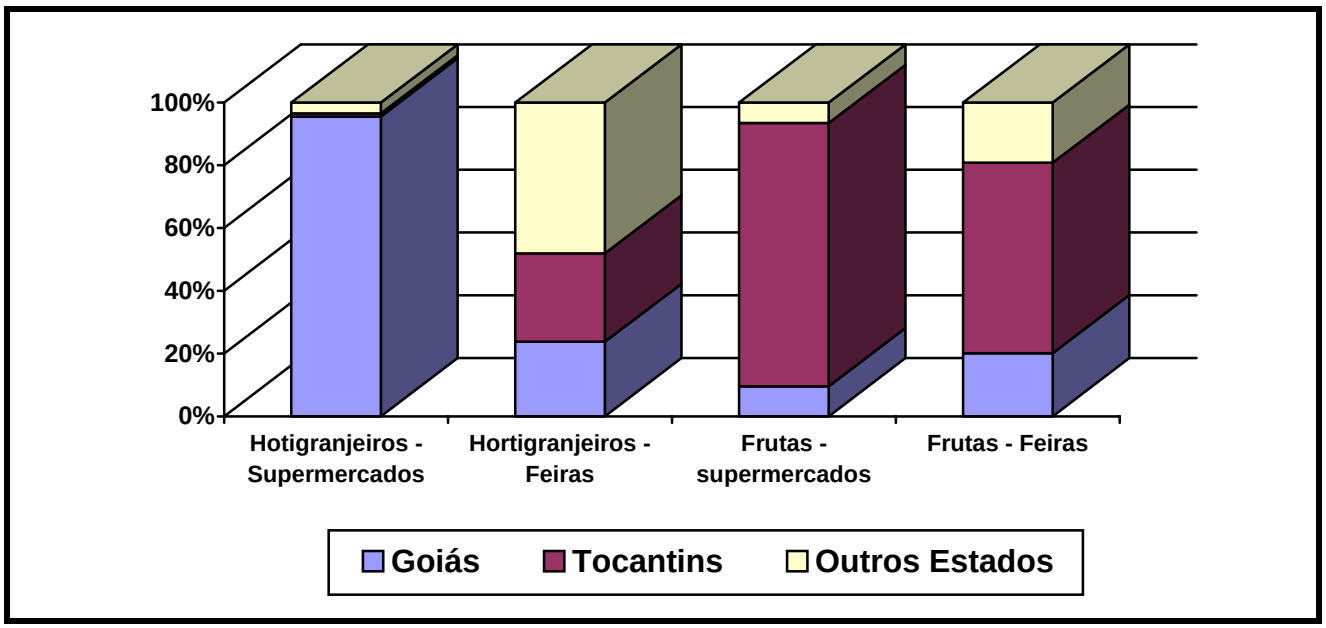


Figura 12 - Palmas-TO: participação dos Estados de Goiás e Tocantins na comercialização de frutas e hortigranjeiros

Fonte: Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica da Implantação do Ceasa-TO/NGPI – UFT/Junho de 2005

Nesse sentido, cabe ressaltar, que a implantação do Ceasa-TO é justificável uma vez atestando a grande importação de produtos de primeira necessidade, pois, além de promover um grande aumento da produtividade de hortifrutigranjeiros, é também uma importante forma de fortalecimento da produção familiar em pequenas propriedades, gerando emprego e renda e mantendo ainda a regularidade da oferta, possibilitando dessa forma a redução nos custos de produção e a comercialização.

Os dados da tabela 17 demonstram que a grande maioria da mão-de-obra empregada nos estabelecimentos rurais do município em 1995/96 são principalmente de origem familiar, o que afirma as considerações do Secretário Municipal de Agricultura, em fortalecer o chamado "Cinturão Verde" no município, como forma de fortalecimento da propriedade familiar e da garantia de emprego.

Tabela 17 - Palmas-TO: mão-de-obra empregada nas categorias familiares e patronal por tipo de renda - 1995/96

Categorias	Número de Unidades de Trabalho		Número de Estabelecimentos	
	Familiar	Contratadas	Empregados Permanentes	Contrata Empreitada
Total Familiar	1.093	117	83	35
Patronal	127	257	89	24
Entidades Públicas	65	9	10	2
TOTAL	**1.285**	**383**	**182**	**61**

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Elaboração: Convênio INCRA/FAO.
Org.: PEDROSO, I. L. P. B. 2005.

Na tabela 18 é possível analisar de maneira mais detalhada, os dados referentes à mão-de-obra familiar e patronal em. No segmento familiar é onde se encontra o maior número de ocupados, com 1.380 pessoas, destacando a categoria dos

estabelecimentos de renda média, com 434 pessoas ocupadas, 25 parceiros, 3 empregados permanentes e 12 empregados temporários. Nota-se que, nas demais categorias, esses números sofrem uma considerável queda.

Na categoria patronal, o número total de pessoas ocupadas é de 447 pessoas, sendo 186 parceiros, ou 44% a mais em relação ao total do segmento familiar, e 90 empregados permanentes, que representam também 51% a mais quando comparado com os dados totais do segmento familiar.

Tabela 18 - Palmas-TO: pessoal ocupado nas categorias familiares e patronal por tipo de renda - 1995/96

Categorias	Número de Pessoas Ocupadas						
	Total	Familiar Maior 14 anos	Familiar Menor 14 anos	Parceiros	Empregados Permanentes	Empregados Temporários	Outra Condição
Total Familiar	1.380	1.001	183	105	44	12	35
Maiores rendas	145	111	18	10	3	0	3
Renda média	434	324	69	25	3	12	1
TOTAL	1.903	1.189	190	301	134	15	74

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE./Elaboração: Convênio INCRA/FAO.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

Quando comparado, o número total de pessoas ocupadas entre o segmento familiar (1.380 pessoas), e patronal (447 pessoas), percebe-se a considerável distância na mão-de-obra ocupada entre esses dois segmentos (65%). Isso nos leva a considerar que o segmento patronal, muito mais capitalizado investe muito mais na mecanização passando, assim, a utilizar pouca mão-de-obra, como pode ser constatado na tabela 19.

De acordo com a tabela 19 a categoria patronal se destaca com 30% a mais de investimentos em máquinas e benfeitorias. Em relação a novas plantas e animais, a diferença é enorme chegando a 74% dos investimentos.

No quesito compra de terra, a categorial familiar investe 16% a mais do que a categoria patronal. Mas, no montante geral dos investimentos, a categoria patronal, chega a superar a categorial familiar em 49% do total em 1995/96.

Tabela 19 - Palmas-TO: principais investimentos das categorias familiares e patronal por tipo de renda - 1995/96

Categorias	Investimento			
	Total	Máquinas e Benfeitorias	Compra de Terra	Novas Plantas e Animais
Total Familiar	480.523	156.527	124.000	107.166
Patronal	944.760	223.708	103.900	416.844
TOTAL	**1.425.283**	**380.235**	**227.900**	**524.010**

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Elaboração: Convênio INCRA/FAO.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

A tabela 20 fornece os dados das principais culturas permanentes do município de Palmas em 2003. Nesse sentido, percebe-se a baixa diversificação das atividades, sobressaindo-se apenas a banana, coco, limão e tangerina.

Tabela 20 - Palmas-TO: principais culturas permanentes em 2003

Produtos	Produção (t)	Valor da Produção (R$ mil)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Rendimento Médio (Kg/ha)
Banana	936	562	150	130	7.200
Coco baía	684	356	52	38	18.00 (frutos)
Limão	30	14	6	6	5.000
Tangerina	240	108	8	8	30.000

Fonte: IBGE; Produção Agrícola Municipal, 2003/ Malha municipal digital do Brasil.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

O que podemos constatar, é que tanto a variedade quanto à produtividade dessas culturas são relativamente baixas, porém cabe ressaltar que a cidade de Palmas é relativamente nova, com apenas 17 anos, mas por outro lado não se pode deixar de mencionar que para a criação da capital, foi incorporado ao município, o município de Taquaruçu, que é um núcleo urbano mais antigo, porém com pouca ou quase nenhuma expressividade agrícola.

A tabela 21 demonstra os principais cultivos agrícolas temporários que o município desenvolve.

Tabela 21 - Palmas-TO: principais cultivos temporários em 2003

Produtos	Produção (t)	Valor da Produção (R$)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Rendimento Médio (Kg/ha)
Abacaxi	3.960	2.376 mil	180	180	22.000 (frutos)
Arroz (em casca)	1.620	842 mil	900	900	1.800
Cana-de-açúcar	960	43 mil	40	30	32.000
Feijão (grãos)	450	540	450	450	1.000
Mandioca	2.880	144	220	160	18.000
Milho	1.290	387	430	430	300
Soja	5.940	2.138	2.200	2.200	2.700

Fonte:IBGE; Produção agrícola municipal, 2003/ Malha municipal digital do Brasil.
Org.: PEDROSO, I.L.P.B. 2005.

Não há registros detalhados, da produção de hortifrutigranjeiros do município ou do Estado, somente o que já foi destacado no texto, que recentemente foi divulgado pelo Núcleo de Gestão Inovadora da Universidade Federal do Tocantins.

É importante salientar que os dados aqui destacados para caracterizar o perfil agrícola do município de Palmas, só fazem reforçar a ausência de políticas agrícolas

mais direcionadas à pequena propriedade familiar, uma vez caracterizada, que esse tipo de segmento ocupa mais de 50% dos estabelecimentos rurais do município.

Na entrevista com o Secretário Municipal de Agricultura, o mesmo ressalta todas essas dificuldades, destacando também a conscientização que a Secretária Municipal de Agricultura pretende promover em parceria com o Governo do Estado, e a necessidade dos pequenos produtores encararem suas atividades como “agronegócio”.

Para isso, esses dois órgãos irão incentivar a criação de associações e cooperativas no intuito de estabelecer a seriedade e o compromisso da produção em larga escala para que essas associações possam abastecer o mercado consumidor do município de Palmas.

Porém cabe destacar que a produção rural familiar precisa sim de alternativas para se inserir no processo de comercialização, visando obtenção de renda, desenvolvimento local e reprodução social, no entanto é preciso considerar de forma geral e local suas particularidades e especificidades que faz essa categoria social requerer programas e alternativas de desenvolvimento socioeconômico diferentes das que são aplicadas ao “agronegócio” brasileiro.

Feira - Irene Medeiros

3 - PRODUÇÃO FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO: REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PRODUTORES DE TAQUARUÇU GRANDE EM PALMAS-TO

3.1 - O associativismo rural: breves considerações

Antes de iniciar a análise da comunidade pesquisada, se faz necessária à discussão sobre o associativismo, considerando que o trabalho será desenvolvido em uma associação de pequenos produtores rurais. Sendo assim, serão apresentadas algumas definições de associativismo, bem como de associativismo rural.

Para Ricciardi e Lemos (2000), o associativismo rural pode ser entendido, como um instrumento de luta dos pequenos produtores, proporcionando a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos. Uma associação não é somente uma organização de pessoas com objetivos comuns para proporcionar uma melhor reprodução econômica de seus sócios, mas sim uma organização mais complexa com objetivos também de caráter social, desempenhando importantes e complexas funções por meio de estatutos e regimentos.

> A expressão associativismo designa por um lado à prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembléia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns (RICCIARDI; LEMOS, 2000, p. 82).

De acordo com a definição apresentada, associação é uma organização social de pessoas com um objetivo definido. Deve-se colocar que ninguém é obrigado a estar associado a nenhuma associação, sendo esta de livre participação. Outra característica

da associação é sua organização interna, com diretoria e conselho fiscal, subordinado a uma assembléia geral.

Portanto, pode-se concluir que uma associação é uma sociedade civil que não possui fins lucrativos, onde os indivíduos se organizam para atender aos seus interesses, de forma democrática. Ela existe porque os associados possuem um objetivo comum, e trabalham em grupo para a realização desse objetivo.

Outra característica que as associações possuem é que o objetivo de grupo deve ser mais importante que os objetivos individuais, sob pena de inviabilizar a existência da mesma. As associações não possuem um dono definido, todos os associados são responsáveis pela gestão e organização da mesma.

É muito comum a confusão entre a associação e a cooperativa. Nesse tocante pode-se afirmar que a cooperativa, de acordo com Ricciardi e Lemos (2000) diferentemente da associação é uma empresa.

> A cooperativa é considerada uma sociedade ou empresa constituída por membros de um determinado grupo econômico ou social, que conjugando esforços e recursos, visa promover a elevação dos padrões de qualidade de vida dos que se associam sob suas regras, prestando efetivo serviço às suas comunidades e a própria sociedade (RICCIARDI; LEMOS, 2000, p. 60).

Pelas definições, a diferença entre as duas está na geração de renda, ou seja, enquanto a associação não possui a finalidade de geração monetária, a cooperativa possui objetivos econômicos. Além desta, a cooperativa é uma empresa, ao passo que a associação é apenas uma reunião social.

Neste trabalho, será analisado o associativismo rural. Esse tipo de associação possui uma característica particular: ela deve ser administrada pelos próprios agricultores. Para Bezerra (2003, p. 51), “a confiança e a participação são os princípios básicos do associativismo rural”. Para a autora, a confiança se faz necessária para

manter a união entre os produtores associados e a participação é o que vai garantir se os benefícios da organização da associação serão válidos ou não.

3.2 - A trajetória de uma comunidade: tradições, cultura e origem da Associação dos Pequenos Produtores Familiares de Taquaruçu Grande

A área rural do município de Palmas é dividida em seis regiões[14] rurais onde a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAGRI) atua. Além dessas seis regiões, a Secretaria Municipal de Palmas atende também uma região que pertence ao município de Porto Nacional, com três associações, trabalhando em parceira com a Prefeitura Municipal de Porto Nacional no atendimento dessas associações.

De acordo com o funcionário entrevistado da SAGRI de Palmas (Daniel Rodrigues de Araújo), geralmente as associações possuem o nome da região onde se localizam. Essa nomenclatura é feita para facilitar a localização de cada associação, servindo como ponto de referência quando é citada.

No município, estão presentes 29 associações de produtores e 3 cooperativas sendo que as mais atuantes são as associações. Dentre elas, as Associações de Taquaruçu Grande, dos Criadores de Cabras e de Santa Fé, sendo as mais importantes e as que mais desenvolvem trabalhos em favor das comunidades.

Para a SAGRI, essas associações contribuem para o desenvolvimento da agricultura local, pois muitos pequenos produtores que são associados das mesmas não possuiriam condições para plantar e colher individualmente. Esse modelo de

[14] Nomenclatura utilizada pela SAGRI;

associativismo, que ajuda na obtenção de empréstimo e no acesso a implementos e técnicos, beneficia os produtores que não possuem meios para alcançar essas ferramentas de auxílio na produção. Com isso, o modelo de associativismo praticado auxilia no ingresso desses agricultores no mercado da cidade diminuindo a marginalização deste frente ao processo produtivo local.

De acordo com o quadro 3, a associação mais numerosa é a dos Chacareiros do Setor Santa Fé – ACHASFE. Esse grande número de associações nos faz refletir sobre a importância que tais organizações desempenham na reprodução econômica e social dos produtores rurais da região.

As experiências associativistas, juntamente com o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural têm como objetivo a inserção desses atores sociais no processo de desenvolvimento econômico social, uma vez que a pequena produção é marginalizada e por vezes excluídas dos programas de desenvolvimento. Assim, as associações surgem, como alternativa e necessidade de inclusão dessa camada social que há tanto necessita de oportunidade e orientação diferenciada da grande produção.

É nesse cenário que se discute as resistências sociais e políticas, tanto à reforma agrária quanto à opção por uma política de apoio e difusão da produção familiar. O que se verifica nos dias atuais, é que os planos governamentais, visando implantar uma agricultura de mercado, se contrapõem à realidade social da população rural de baixa renda, é um sistema socioeconômico o qual se caracteriza por privilegiar o mercado externo.

Quadro 3 - Palmas-TO: associações rurais por regiões administrativas em 2006

ASSOCIAÇÕES RURAIS DE PALMAS		
REGIÃO	**ASSOCIAÇÕES**	**SÓCIOS**
TAQUARUÇU GRANDE	Ass. Pequenos Produtores Familiares de Taquaruçu Grande	96
	Ass. dos Chacareiros do Setor Santa Fé - ACHASFE	200
	Ass. dos Criadores de Cabras – ASCABRAS	12
	Ass. dos Pequenos Agricultores de Taquaruçu 2º Etapa	30
	Ass. dos Pequenos Agricultores do Loteamento Coqueirinho – APALCO	50
	Ass. dos Moradores do Loteamento Irmã Dulce 1º e 2º Etapa	SI
BURITIRANA	Ass. dos Agricultores do PA Entre Rios I	70
	Ass. dos Pequenos Agropecuários do PEA Entre Rios II	44
	Ass. de Moradores de Boa Vista do Tocantins	30
	Cooperativa Agrícola e Pecuária Santa Fé da União Ltda	30
	Cooperativa dos Apicultores de Palmas – COOAP	SI
JAÚ	Ass. dos Pequenos Produtores da Região do Landi – Jaú	36
	Ass. dos Chacareiros do Vale da Serra	37
	Ass. dos Chacareiros – Jaú 6º Etapa	SI
	Ass. dos Pequenos Agricultores do Brejo Comprido	22
	Associação do Vão do Lajeado	41
	Ass. Palmense de Produtores Rurais	48
BOA ESPERANÇA	Associação dos Produtores Rurais da Nova Aliança	28
	Associação dos Produtores Rurais da Região do São Silvestre	60
	Associação dos Produtores Rurais do Mato Verde	23
	Ass. dos Produtores Rurais do Vale do Piabinha – AVAP	32
TAQUARUÇU	Ass. dos Produtores Rurais do Vale do Mutum – AVATUM	60
	Ass. dos Agricultores Francisco Galvão	32
	Ass. dos Produtores Rurais da Serra do Taquaruçu	40
SÃO JOÃO	Cooperativa da Bacia Leiteira do São João	30
	Ass. dos Assentados da Fazenda São João	108
	Associação dos Assentados do São João II	60
	Associação Reassentamento do Prata	70
	Ass.dos Produtores Rurais da Região São João	80
PORTO NACIONAL	Associação dos Chacareiros do Reassentamento Luzimangues	SI
	Associação Vão do Lajeado	SI
	Associação Rural Fazenda Nova	SI

Fonte: Pesquisa de Campo/ Jan/2006. Org.: PEDROSO, I. L. P. B.
SI – Sem Informação.

O avanço da fronteira agrícola para os Cerrados e Amazônia trouxe a ampliação da área produtiva e a inserção do território tocantinense na economia nacional, porém tardiamente de forma descontínua e marginal. A incorporação do Estado à economia de mercado gerou de certa forma desenvolvimento na área de transportes, ampliação da rede urbana, entre outros, mas representou também, o aumento dos problemas fundiários, que tem acirrado regionalmente as contradições sociais, demandando do poder público atenção especiais à legalização das terras (AJARA et. all. 1991).

Nesse sentido, o Estado de Tocantins tem sido palco deste processo de “re-invenção” ou “recriação” do rural através da luta pela terra (AJARA, et. all. 1991, p.12). Desde que o Estado foi criado, em 1989, o sonho de muitas pessoas em possuir um “pedacinho de chão”, ter onde morar e o que comer, tem alimentado os movimentos de reivindicação não só pela terra, mas também alternativas para nela permanecer.

O município de Palmas (figura 13, página 99 – em anexo:arquivo autocad) foi constituído do desmembramento territorial dos municípios de Porto Nacional e Taquaruçu do Porto. A área foi escolhida pela empresa “Grupo Quatro” que projetou a capital, correspondendo a uma área de 90 quilômetros por 90 quilômetros, localizada entre as Serras do Carmo e Lajeado, a qual era ocupada somente por fazendas, e por um povoado chamado Canela, localizado à margem direita do rio Tocantins (BARBOSA, 1999).

As propriedades que fazem parte da Associação dos Pequenos Agricultores Familiares de Taquaruçu Grande estão na sua totalidade localizadas a partir do Km 5 da rodovia TO-020, sentido Palmas – Aparecida do Rio Negro. Todas as propriedades estão situadas dentro de uma área de preservação ambiental - APA Serra do Lajeado –

(figura 14) que foi implantada para proteger os mananciais, o bioma cerrado e o Parque Estadual do Lajeado criado em 2001.

FIGURA 13 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO (ARQUIVO AUTOCAD EM ANEXO)

Figura 14 - Comunidade de Taquaruçu Grande: vista da região. Em segundo plano Serra do Lajeado

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.
Autor: PEDRODO, I. L. P. B.

A Associação dos Pequenos Produtores de Taquaruçu Grande foi fundada em 14 de setembro de 1991, praticamente junto com a fundação da cidade Palmas, em 1989. O nome da associação foi escolhido em função do rio “Taquaruçu Grande” que passa pela região, e o objetivo de sua fundação, de acordo com o senhor Salomão Pereira de Freitas (56 anos), atual presidente,

> é de unificar todos os produtores, para que juntos possamos melhorar nossa condição de vida. Através da associação tudo fica mais fácil, como pegar um financiamento, ter assistência técnica da Secretaria Municipal da Agricultura. É, o objetivo é unificar mesmo E tem unificado, aqui a gente vive em comunidade, todos se ajudam, a gente faz festas(...) aqui todo mundo é parente de alguém.

De acordo com o presidente, e a partir dos depoimentos de outros sócios que foram entrevistados, a Associação vem atendendo as necessidades da comunidade, principalmente na questão do financiamento.

> A Associação ajuda muito pro financiamento, abra as porta pra gente. Só a questão da assistência técnica que é meio complicada, mas aí também não depende dela, depende do pessoal da RURALTINS[15], e aqueles lá são difícil. Um dia não vem porque não tem carro, outro é porque não tem gasolina no carro, aí você fala eu te busco depois te levo, aí eles falam que não pode, que só pode vim no carro da RURALTINS. E você sabe né, essas coisas de plantação, não pode demora (Sr. Ivo José de Abreu Souza, 60 anos).

A associação possui sede própria que é chamada de “Chapéu de Palha” (figura 15) onde acontecem às reuniões todo segundo domingo do mês às 15:00 horas.

> A sede é simples, porém é muito útil aqui é onde a gente resolve tudo à da nossa associação (...) esse terreno a gente conseguiu da prefeitura, e ali no fundo a gente quer fazer um galpão, como se fosse uma feira permanente, aí as pessoas pode vim da cidade compra aqui, diretamente com a gente por um preço melhor.

A Associação possui estatuto próprio e uma diretoria composta por: presidente, vice-presidente, secretário, vice-secretário, tesoureiro, vice-tesoureiro e conselho fiscal, constituído por seis membros. As exigências para participar é ser produtor rural, estar em dia com a freqüência. Em relação ao pagamento de taxas, não existe nenhuma mensalidade formal, a contribuição é voluntária sem valor fixo, assim cada sócio contribui quando e como puder.

[15] Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins/Órgão oficial de assistência técnica e extensão rural do Estado.

Figura 15 – Comunidade Taquaruçu Grande: sede das reuniões da associação – "Chapéu de Palha"

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.
Autor: PEDRODO, I. L. P. B.

Todos os sócios são proprietários de terras, e os laços de amizade entre a maioria deles precedem à fundação da associação, pois algumas pessoas já moravam na região muito antes da construção de Palmas. As relações de troca e amizade também prevalecem entre as outras associações, que lutam por objetivos comuns.

As relações de parentesco também são fortes na comunidade, e se reproduzem com os casamentos entre os filhos. Todos se conhecem e as histórias das famílias se misturam.

> Aqui todo mundo é parente de alguém, ce vai vê... um filho do fulano, o outro é irmão, o outro tio, primo, cunhado... aqui a gente ta entre família (Sr. Salomão Pereira de Freitas, presidente da Associação).

Em toda comunidade há uma predominância da religião católica. Ao lado da sede da associação, foi construída uma igreja (figura 16), com recursos dos próprios moradores da região em parceria com a prefeitura municipal, onde todos os domingos às 19:00 são realizadas as missas.

Figura 16 - Comunidade de Taquaruçu Grande: Igreja
Fonte: Pesquisa de Campo, 2006. Autor: PEDROSO, I. L. P. B,

Em relação às festas e celebrações de cunho religioso, a comunidade segue a risca os festejos tradicionais, como dia de Santo Antônio, Sábado de Aleluia, festejos de São João, procissões e outros. As festas são tanto realizadas ao lado da Igreja na sede da associação, quanto nas propriedades, e todos ajudam nos preparativos, chegando até mesmo a ter grupos organizados para desempenhar determinadas tarefas.

> As festas são ótimas reúne toda a comunidade. Principalmente aqueles amigos que moram mais distante e também sempre vem pessoas de outras

> comunidades, e também um monte de gente da cidade. A gente encontra todos os amigos são muito boas (Ivanilde Abreu Souza – filha de produtor).

No entanto, alguns moradores mais antigos da região descrevem que as festas já não são mais as mesmas e que os jovens gostam só das festas, não gostam de rezar. *"Eles não levam a sério os festejos religiosos" (*Sr. Antônio Messias. 68 anos).

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que esses produtores rurais não vivem isolados sem ter que o fazer, somente trabalhando no dia-a-dia da roça. Pelo contrário, eles possuem uma vida social ativa através dos fortes laços de amizades entre eles, e mesmo quando não há festas se ajuntam para "limpar o milho", ou pra fazer um doce ou mesmo pra jogar conversa fora.

3.3 - Organização rural/agrícola e reprodução socioeconômica dos produtores de Taquaruçu Grande

No Brasil, a predominância da produção familiar passa assumir relevância ainda maior em decorrência da negligência do Estado em relação a esse sujeito social, principalmente quando comparado com as experiências dos países desenvolvidos. No entanto, a partir da década de 1990 a condução das políticas agrícolas brasileiras mudam completamente tomando um novo caminho.

Pressões exercidas de órgãos internacionais como o Banco Mundial, com vistas à redução da pobreza nos países subdesenvolvidos e pelos movimentos sociais, como o Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, na reivindicação de uma reforma agrária assentada na produção familiar, ganharam respaldo político, na medida

em que o Estado optou pela agricultura familiar ao reconhecer a superioridade competitiva dessa forma de organização da produção (HESPANHOL, 2000).

Para Martins (2003, p. 177), os conflitos de terras libertaram um sujeito social, o produtor familiar, que estava marginalizado pelo sistema vigente. O “aparecimento” desse sujeito obrigou o Estado à “reconhecer a identidade desse produtor familiar como protagonista de um projeto economicamente viável”.

A luta pela terra é um processo social, político e econômico que abrange um conjunto de transformações no campo, redistribuindo a propriedade da terra e o poder, redirecionando e democratizando a participação da população rural no conjunto da sociedade brasileira. A luta social pela realização de uma reforma agrária está baseada em primeiro lugar, na busca de instrumentos que gerem emprego e renda, criando melhores condições de vida no meio rural.

Sauer (2003) cita que as experiências de luta e de acesso a terra, além de garantir bem estar social e melhoria das condições de vida, são também impulsionadoras de transformações culturais, simbólicas e representacionais. Este processo social gera valores e representações sociais, dando novas perspectivas ao mundo rural, permitindo inclusive transformações nas relações com o meio ambiente, com o lugar e entre as pessoas.

Assim, a luta pela terra passa a ser também a luta por uma identidade, por um lugar, transformando as conquistas em processos de apropriação de territórios, passa a ser a luta por novos valores culturais no meio rural, por reconhecimento e oportunidades para esses atores sociais que há muito vem sendo considerados “invisíveis” pela sociedade.

Dessa maneira, os movimentos sociais rurais não podem ser compreendidos de maneira arcaica como se fosse uma volta ao passado, eles são a forma que essa categoria social tem encontrado para reivindicar suas necessidades no contexto das transformações sociais e econômicas que o campo brasileiro vem passando.

Os movimentos sociais de luta pela terra têm incorporado outros valores que possam sustentar o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos ou comunidades rurais, como reivindicação por escolas, infra-estrutura, melhores condições de vida, garantia de comercialização dos produtos entre outros.

Em sua forma de reprodução social, a Comunidade de Taquaruçu Grande, por meio da Associação juntamente com as outras associações do município de Palmas, tem buscado implantar estratégias que sejam de objetivo comum a todos os produtores familiares, como, a reivindicação para a realização da “Feira do Produtor”, que é uma feira exclusiva para membros de todas as associações de Palmas. A feira é realizada toda terça-feira, em um galpão na cidade (quadra 304 sul), uma vez que as outras feiras que acontecem na capital são abertas para os produtores de toda região e até mesmo de outros Estados.

> Nossa Associação tem ajudado a gente muito, sabe a Feira da terça-feira, pois é, aquela feira lá só ta acontecendo porque a gente se uniu (todas as associações) e reivindicamos o acontecimento dela. Foi já foi na feira de sexta-feira? Já viu que lá só tem gente de fora. E eles também produzem mais, assim podem fazer um preço melhor, aí a gente não tem chance. Por isso pedimos e conseguimos uma feira só pra gente daqui, mas também acho que deu certo porque foi todas as associações senão acho que não tinha dado certo (Sra. Idalícia Ribeiro de Souza – 60 anos).

A Feira do Produtor é mais simples, com menos produtores e até mesmos menos produtos. No entanto é uma forma que SAGRI encontrou para valorizar a produção familiar local.

> Eles podem comercializar sem concorrência dos grandes, e até mesmo fazer um preço melhor, pois todos moram aqui na região e assim não precisam aumentar tantos os preços dos produtos para tirar os custos de viagem (Daniel Rodrigues de Araújo – Funcionário da SAGRI).

Nesse sentido é possível perceber a importância de programas de desenvolvimento local que objetivam fortalecer a produção rural familiar, como é o caso das feiras livres. Estas feiras são o principal vínculo comercial que o produtor tem com a sociedade dos centros urbanos, permitindo de certa maneira a obtenção de renda para sua família.

3.3.1 - O perfil socioeconômico dos produtores rurais da APPFTG

A Associação dos Pequenos Produtores Familiares de Taquaruçu Grande possui 96 sócios dos quais 36 foram entrevistados. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que é comum nas famílias mais numerosas, onde os filhos ainda moram com os pais, uma parte deles trabalhar e estudar na cidade, ajudando na complementação de renda, enquanto outros ajudam nas tarefas do dia a dia.

Nas propriedades em que o chefe da família já está aposentado, geralmente somente ele e a esposa residem no local, sendo que os filhos e netos ou moram em outras propriedades da região ou na cidade.

Dos 36 produtores entrevistados, os que residem no meio rural descrevem suas propriedades como o melhor lugar do mundo. Afirmam que os laços de amizade no campo são “diferentes” dos da cidade. Todos se ajudam, e a convivência é bem melhor, como descreve a senhora Maria de Brito de Souza (63 anos), mais conhecida como Maria do Doce:

> Ah isso que é o paraíso, um sossego só, aqui eu tenho minhas galinhas, planto umas coisinha, aqui é muito bom, tenho uma arara um papagaio, eu gosto daqui demais. Não vivo como granfina não, mas tenho minha casinha e meu pedaço de chão. Também faço doce de encomenda, qualquer doce, só que o mais comum que o povo me encomenda é o de Buriti, mas dá um trabalho, porque eu tenho que ir lá no meio mato pra pegar o Buriti, mas é uma beleza...

O senhor Casimiro de Oliveira Souza, ao ser indagado sobre o que pensava de morar no meio rural, descreve:

> A muié tem vontade de mudá pra cidade, mas eu num me dô na cidade, num tem emprego, num tem nada e num guento fica assim parado. Aqui eu caminho, bulo com as minha coisinha, conserto uma cerca, eu gosto daqui, nunca morei na cidade. A cidade é só pra gente i lá um pouquinho e só.

Dos produtores entrevistados (figura 17), 17% declararam que residem na cidade (Palmas) onde possuem casa própria, e 83% residem em suas propriedades.

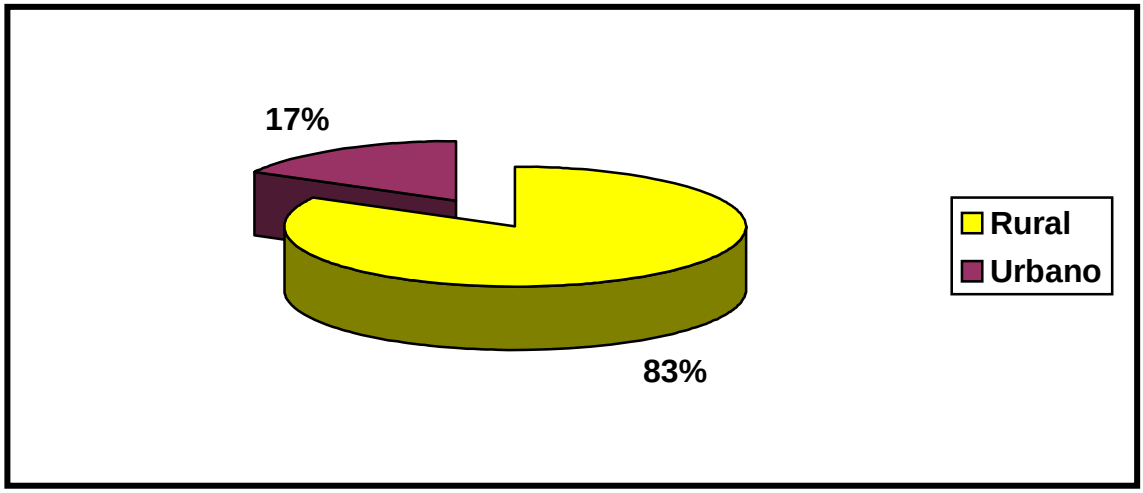


Figura 17 - Comunidade de Taquaruçu Grande: local de residência dos produtores
Fonte: Pesquisa de Campo, 2006. Org.: PEDROSO, I. L. P. B.

Os produtores que não residem no meio rural dizem que o principal motivo é “pelas facilidades” que a cidade oferece como supermercado, farmácia e lazer, principalmente aqueles que ainda possuem filhos que estão cursando o ensino médio ou a universidade.

De acordo com o senhor Salomão Pereira de Freitas, é difícil morar no meio rural quando os filhos têm outras atividades na cidade.

> Os meus meninos não me ajudam na propriedade, dos quatros três já se formaram só um que tá no segundo ano (colegial). Todos moram comigo e trabalham nos seus empregos, menos o caçula. Então assim fica difícil pra morar no campo.

No entanto, essa realidade não faz parte de todos os jovens da comunidade. Ivanilde Abreu Souza conta que foi morar na cidade e não agüentou ficar três meses:

> Deus me livre, não agüentei morar na cidade não (...), o povo não faz amizade, a gente não conhece ninguém e nenhum vizinho faz questão de conversar com você. Voltei correndo, daqui eu gosto. Eu vou e volto todos os dias para o trabalho (agente de saúde), agora quando tenho o curso que eu faço, fico lá a semana toda, aí durmo na casa do meu tio, só volto no fim de semana.

A média de idade dos proprietários é de 59 anos, sendo o mais velho o senhor Casimiro Oliveira de Souza com 77 anos, e o mais novo o senhor Adadie da Cruz Santo com 35 anos.

A maioria das casas são "*simples",* porém possuem tudo que para eles é essencial. *"Aqui a casa é simples, mas tem tudo que a gente precisa pra viver".* As figuras 18 e 19 mostram as moradias dos produtores rurais.

Figura 18 - Comunidade de Taquaruçu Grande: residência rural
Fonte: Pesquisa de Campo, 2006. Org.: PEDROSO, I. L. P. B.

Figura 19 - Comunidade de Taquaruçu Grande: residência rural
Fonte: Pesquisa de Campo, 2006. Org.: PEDROSO, I. L. P. B.

Em relação aos bens de consumo (figura 20) tais como televisão, aparelho de som, celular e etc., a maioria dos entrevistados declarou possuir tais bens. No entanto, mesmo apesar de cada vez mais esses tipos de bens chegarem ao campo, algumas famílias rurais ainda preservam certos hábitos tradicionais do meio rural como o “fogão à lenha” (figura 20) como pode ser observado na figura. Quando se trata ao acesso de saneamento básico, todas as residências visitadas possuem banheiro com fossa, pois a região não possui coleta e tratamento de esgoto.

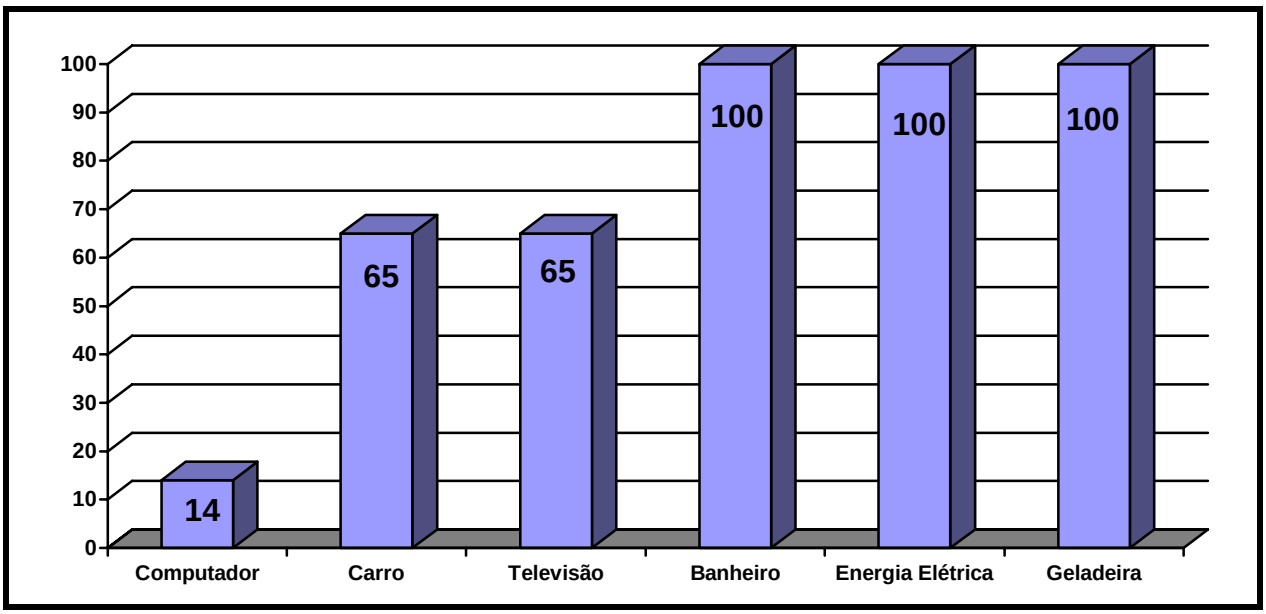


Figura 20 - Comunidade de Taquaruçu Grande: principais bens de consumo, acesso a serviços e saneamento básico dos produtores rurais

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006. Org.: PEDROSO, I. L. P. B.

Figura 21 - Comunidade de Taquaruçu Grande: fogão a lenha/propriedade rural
Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.
Autor: PEDROSO, I. L. P. B.

As propriedades que são utilizadas somente para moradia e/ou lazer, representam 15% do total. De um modo geral, se apresentam mais bem cuidadas em relação à higiene, cuidados com o quintal (plantas) e etc., quando comparadas com as propriedades que vivem basicamente da produção rural. Quase todas as propriedades apresentavam fruteiras, como a tangerina, pitanga, banana, mamão, laranja e etc., somente para consumo da família.

Em relação à forma de aquisição das propriedades, 65% dos entrevistados declararam que adquiriram por meio de herança, 20% conciliaram herança e compra com o objetivo de aumentar a propriedade, e 15% por meio de compra (Figura 22). Um fato interessante que foi possível observar ao longo da pesquisa é que cerca de 35%

dos entrevistados haviam cedido uma parte da propriedade para os filhos já casados morarem, sem fazer divisão legal de terras, isto é, apenas cedeu um pedaço para aqueles que desejam morar e cultivar a terra. Diante de tal situação em algumas propriedades, havia duas sedes com áreas cultivadas em comum.

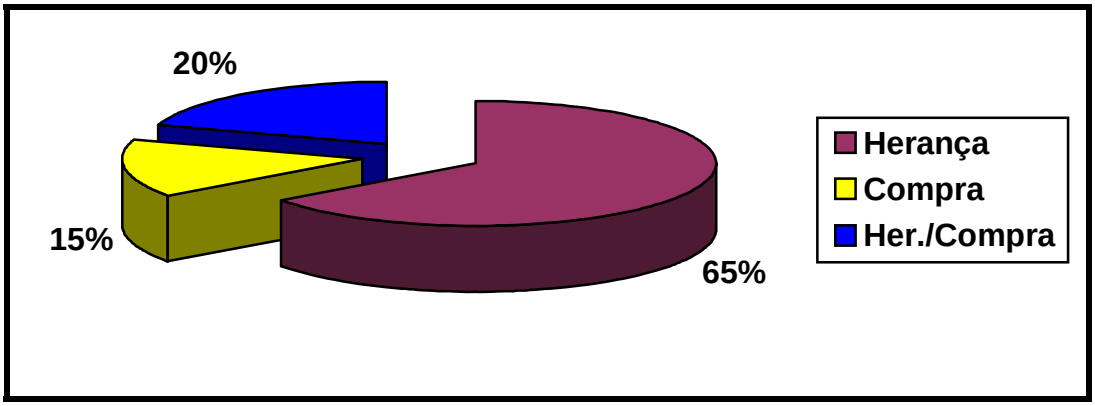


Figura 22 - Comunidade de Taquaruçu Grande: forma de aquisição das propriedades
Fonte: Pesquisa de Campo, 2006. Org.: PEDROSO, I. L. P. B.

Esse tipo de ajuda dos pais aos filhos, principalmente com os homens, de acordo com o senhor Antônio Messias é uma forma de ajudá-los no começo da vida.

> Meus filhos, os homem, sempre me ajudaram na propriedade, sempre foi difícil, eles estudaram só até a 8º série, nunca ia arrumar um bom emprego na cidade, então eu dividi a terra com eles e cada um cuida do que é seu. Pelo menos aqui eles tem onde morar e plantar. Se fosse pra eles compra eles nunca ia da conta.

Analisando esses dados, pode-se concluir que os produtores da região já possuem certa percentagem da renda total familiar gerada fora da propriedade. Essa renda, gerada através de atividades não-agrícolas, em alguns casos, chega a ser maior que a renda agrícola. Em concomitância com um estudo de Graziano da Silva (2001), também se observou que as famílias sobrevivem através de transferências sociais.

Foram identificadas famílias inscritas nos programas Bolsa-Família, Bolsa-Escola e Aposentadoria. O principal motivo de os produtores recorrerem aos programas governamentais de transferência de renda está associado, segundo os mesmos, ao fato da queda na renda gerada pelas propriedades, apesar de eles não terem idéia de qual é a renda que é retirada na propriedade.

3.3.2 - A diversificação agrícola e o uso da terra

As propriedades dos associados da Associação de Taquaruçu Grande são, em geral, pequenas, apresentando uma média de apenas 23,7 hectares (tabela 22).

Tabela 22 - Comunidade de Taquaruçu Grande: área média das propriedades

Tamanho da área (ha)	Número de Estabelecimentos	Área média
Até 5	3	3,6
5 a 10	9	8
10 a 20	12	14,5
20 a 30	3	24
30 a 40	2	33,5
40 a 50	1	43
50 a 60	3	55
60 a 90	3	82,6
Mais de 100	-	-
Total dos entrevistados	36	23,7

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006. Org.: PEDROSO, I. L. P. B.

Em relação à produção agrícola, 35% dos entrevistados, declararam viver exclusivamente da renda obtida na propriedade, 15% afirmaram obter renda de outras fontes, pois somente a propriedade não era suficiente para o sustento da família, e 50% dos produtores já são aposentados, tendo a produção agrícola somente para

subsistência. Dentre os produtos cultivados, destacam-se a banana, mandioca, milho, arroz e feijão. Para a comercialização, foram destacadas a produção de hortaliças e raízes, como alface, repolho, couve, mandioca e outros.

Na pesquisa de campo não foi registrada nenhuma grande produção de cunho exclusivamente comercial, como soja, milho ou algodão. Dentre as razões de não serem encontradas esses tipos de culturas, destaca-se a questão relacionada ao tamanho da propriedade e da dificuldade de obtenção de crédito. Em relação ao tamanho da propriedade, os produtores declararam que "*a terra que eles tem é pequena para esse tipo de cultura*".

Em relação à pecuária, notou-se apenas a criação de animais de pequeno porte (Figura 22), como galinhas, porcos e cabras, todos praticamente para consumo próprio. Poucos produtores declararam que comercializam os animais. Em relação a criação de animais de grande porte, não houve registro na pesquisa. De acordo com os produtores, o que dificulta é o custo da criação. Nesse sentido, nem a produção de leite, com fins comerciais, foi destacada pelos associados.

Dessas informações, pode-se concluir que os produtores têm dificuldades de manejo com produção comercial. Um ponto a se destacar é a falta de mão-de-obra, pois 65% dos produtores são idosos e os filhos não residem mais com os pais, tendo sua própria renda fora da propriedade. Mas a falta de assistência técnica e a falta de recursos financeiros também representam entraves para este tipo de produção.

Figura 23 - Comunidade de Taquaruçu Grande: criação de animais de pequeno porte
Fonte: Pesquisa de Campo, 2006. Autor: PEDROSO, I. L. P. B.

Outra ausência nas atividades agrícolas registradas pela pesquisa foram às culturas permanentes. Segundo o Sr. João Ferreira, 60 anos,

> dá muito trabalho, além de não dar para cuidar sem o uso de veneno". Para ele, "fica muito caro produzir laranja, pois com 2 ou 3 anos a gente tem que usar o veneno e, a cada ano tem que aumentar a quantidade, enquanto a produção da laranja vai diminuindo". Assim como o Sr. João Ferreira, outros produtores citaram a mesma dificuldade, além de outras, conforme o Sr. Raimundo Braga: "sai muito bicho e inseto da mata e esses bichos acabam com a plantação da gente. Tentei banana, tentei laranja, tentei maracujá, mas num da nada, os bicho acaba com tudo.

Durante as entrevistas, pode-se perceber que alguns associados criam ou gostariam de criar cabras. Na região, a caprinocultura é muito incentivada, principalmente pela Prefeitura Municipal e pelo SEBRAE, que possuem o projeto de caprinocultura de leite. Nos limites geográficos da associação fica a ASCABRAS –

Associação dos Criadores de Cabras. Essa associação é formada por 12 criadores que visam explorar o leite como produto de comercialização. Nessa associação, o leite é pasteurizado e vendido *in natura*, além de ser transformado em queijo, doce e iogurte. O Sr. Salomão, que é o atual presidente da Associação de Taquaruçu Grande é criador de cabras, sendo também associado da ASCABRAS.

Por causa da falta de assistência, praticamente não se registrou o uso de sementes selecionadas. Poucos produtores relataram conhecer a existência de sementes selecionadas para as hortaliças. Esse é um fenômeno típico de inexistência de informação técnica acerca da produção. Sem essas informações, os produtores não têm como conhecer os insumos modernos e, com isso, não tem como aumentar sua produtividade, com incorporação de tecnologia em sua lavoura, sendo por vezes reféns de sistemas produtivos tradicionais.

Outro fator ligado a técnicas modernas de produção, é a questão dos sistemas de irrigação, apenas os produtores que possuem hortas comerciais (Figuras 24 e 25) utilizam esse tipo de sistema. Apesar de a área da associação ser cortada por dois rios perenes, os produtores não possuem tradição no emprego da irrigação. Esse fator inviabiliza a produção o ano todo, tendo em vista que a região apresenta um longo período de seca que se estende do mês de maio ao mês de outubro.

Figura 24 - Comunidade de Taquaruçu Grande: produção comercial de hortaliças
Fonte: Pesquisa de Campo, 2006. Autor: PEDROSO, I. L. P. B.

Figura 25 - Comunidade de Taquaruçu Grande: produção comercial de hortaliças
Fonte: Pesquisa de Campo, 2006. Autor: PEDROSO, I. L. P. B.

Como a renda dos produtores não é grande, a maioria utiliza as máquinas e implementos que pertencem à associação, tendo em vista as grandes dificuldades em

adquirir seus próprios implementos e maquinários. Nesse caso, a associação representa uma saída para estes produtores, pois o empréstimo dos implementos é uma alternativa interessante para todos.

Durante o tempo de maior uso dos equipamentos, todos os produtores se organizam de forma que nenhum deles fique sem a assistência desse maquinário. Se a demanda aumenta muito, é requisitada a ajuda da Prefeitura Municipal e do Governo Estadual o empréstimo de equipamentos, até o término do plantio, conforme declarou o Sr. Salomão, presidente da associação.

Poucos produtores fazem uso de adubos químicos, porém todos tiveram de fazer correções no solo com a utilização de calcáreo. Por ser um solo de característica ácida, a correção se faz necessária para o plantio de culturas anuais e hortaliças pois, segundo o Sr. José Oliveira, se não for feita a correção "*a verdura sai de baixa qualidade e as pessoas tem resistência a ela na feira, pois não fica tão bonita como a que é colida na terra que está certinha*".

Com relação à adubagem, os produtores que cultivam hortaliças utilizam adubos naturais, como o esterco. A adubação química é feita apenas por quem tem culturas maiores e o produto mais utilizado é o NPK. Outra informação levantada é que o adubo é aplicado nas propriedades que recebem visita do técnico, o que pode levar à conclusão de que os associados que não usam adubação química, não o fazem por falta de informação sobre os benefícios da mesma e a sua necessidade.

Na questão da utilização de defensivos agrícolas, chamou a atenção o depoimento do Sr. João Florêncio: "*aqui a gente não usa nada disso não. Nossa produção num pode tê, pois as pessoas na feira qué comprá o que num tem veneno. Só de vez em quando eu uso um veneninho para matar as formiga*". Quando

questionado sobre o produto que utiliza, ele revelou utilizar o defensivo *Barrage*, considerado um dos mais fortes produtos do mercado. Através deste depoimento, chega-se à conclusão que os produtores não sabem exatamente a diferenciação do que é ou não aplicar defensivos na produção. Percebe-se que apenas as grandes aplicações de defensivos em cima das folhagens, com o objetivo de para acabar com larvas e insetos são consideradas como utilização de veneno.

Dos associados entrevistados, 68 % afirmou que recebe assistência técnica de algum órgão governamental e, destes, a totalidade recebe a visita do RURALTINS. Nota-se que os outros órgãos, como a SEAGRO, a SAGRI, o SEBRAE e a FAET não dão assistência a essa associação. Pelas informações colhidas, o SEBRAE provê assistência apenas para a ASCABRAS, em projetos de comercialização, a FAET só para os grandes produtores de soja, milho e gado bovino e a SEAGRO e a SAGRI conforme o depoimento do senhor Ivo José de Abreu Souza,

> só aparecem na associação para pedir voto. Depois que a gente vota neles, eles somem, não recebem mais a gente e nem fazem mais nada pra gente. Quando é época de eleição, vem tudo aqui falar que vai fazer isso, vai fazer aquilo e depois nada, some que a gente nem vê mais. Só vai vê na outra eleição de novo.

Sobre a participação em projetos desenvolvidos pela Secretaria de Agricultura, tanto da municipal como estadual, os agricultores citaram alguns projetos que iriam beneficiá-los. Entre eles estava a criação do CEASA-TO, que é um projeto conjunto do Governo do Estado e o Governo Municipal. Seu objetivo é tentar mudar a realidade do consumo de hortifrutigranjeiros da cidade, que são produzidos no meio rural mas os varejistas locais vão buscar esses produtos em Goiânia, por motivos já explicados anteriormente. No mês de fevereiro de 2006, iniciou-se a construção desta Central de Abastecimento, com previsão de entrega do 1º galpão para meados do mesmo ano.

Na questão da mão-de-obra utilizada pelos associados na produção, o que se observou foi que são utilizados apenas os membros da família na lida no campo. Os produtores mais velhos têm dificuldades no plantio, pois os filhos já se casaram tem seu emprego próprio. Como exemplo dessa realidade, pontua-se o caso do Sr. Casemiro. Ele tem 77 anos de idade e sua esposa 60 anos e, sendo assim, são a única força de trabalho na propriedade. Como recebem benefícios do governo por meio da aposentadoria, a produção rural acaba sendo deixada de lado e a propriedade passa a ser somente um lugar para moradia, e não para geração de renda.

Aliás, o envelhecimento da população na associação é um dos maiores problemas que se pode diagnosticar. Os pais vão dividindo a terra e doando aos filhos e, em seu próprio pedaço de chão, acabam não tendo mais condições físicas de produzir. Alguns filhos ainda ajudam os pais, mas a maioria cuida apenas de sua propriedade, enquanto outros vendem as terras e se mudam para a cidade, levando vida de citadinos. Esse fator foi marcante na falta de outras formas de produção, principalmente cultivos comerciais, dentre os produtores fundadores da associação.

3.4 - A produção familiar e o desenvolvimento local

Antes de demonstrar como o apoio à agricultura familiar pode contribuir para o desenvolvimento local, faz-se necessário conhecer o que é o desenvolvimento local em sua essência. Portanto, partindo-se da análise de algumas obras que tratam de forma direta ou indireta do tema, pretende-se abordar, ainda que de forma breve, essa temática.

Ávila (2000) começa buscando entender o significado de desenvolvimento, ao reportar-se ao “Novo Dicionário Aurélio”, que demonstra seu significado da seguinte forma: “1. Ato ou efeito de desenvolver (-se) (...). 2. Adiantamento, crescimento, aumento, progresso. 3. Estágio econômico, social e político de uma comunidade, caracterizando por altos índices de rendimento dos fatores de produção, i. e , os recursos naturais, o capital e o trabalho”.

Todavia, o desenvolvimento tem dois sentidos: no primeiro, o ato ou efeito de desenvolver, que dá margem a outras interpretações, como aquilo que Ávila (2000, p. 69), chamou de “desenvolvimento no local”. No outro sentido, aquele em que, segundo, a localidade é somente a sede do desenvolvimento, sem haver um comprometimento com a comunidade, com sua cultura e identidade. Às vezes até buscando a participação da localidade, limitando o desenvolvimento, porém, ao mero “fazer para acontecer”, sem uma preocupação com sua sustentação.

Para Martins (2002),

> o termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica. Sua promoção, mediante o desrespeito e a desconsideração das diferenças culturais, da existência de outros valores e concepções, já teria funcionado como “Cavalo de Tróia”, que, vestido da sedução do progresso, teria carregado em seu interior o domínio e a imposição culturais que desequilibram e abalam as sociedades. (MARTINS, p. 52, 2000).

Para este, o desenvolvimento não pode ser visto como algo que vem pré-fabricado, pronto para ser aplicado em uma região sem se analisar as necessidades do lugar. Neste caso, corre-se o risco de se perder os valores locais em detrimento de uma cultura que não pertence àquela localidade.

Na visão de Ávila (2000, p.71), o desenvolvimento não deve ser visto como sinônimo de desenvolvimento econômico, pois este vê o desenvolvimento econômico

como um “binômio formado pelo crescimento econômico [...] e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente”. Para ele, o termo desenvolvimento deve “designar um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima”.

Assim como Martins (2002), Ávila (2000) trata o desenvolvimento como uma atividade que leva os benefícios conjuntamente a toda a população envolvida, levando-se em consideração a sua cultura e seus valores.

Para Pedroso da Silva (2006, p. 50), “a noção do desenvolvimento não deve se basear apenas em crescimento da economia ou o uso maior da tecnologia, e sim pelo acesso destes pela comunidade”. Percebe-se que a comunidade local deve estar envolvida no processo, pois a maior interessada é esta e ela deve trilhar o caminho de desenvolvimento que for mais adequado. Nesse processo, a participação popular tende as contribuir para que se tenha a noção exata das necessidades locais.

Com o processo de descentralização das políticas públicas em curso no país, as iniciativas locais de estabelecer novas formas de integração e trocas entre os diferentes segmentos espaciais e setores de atividade começam a ganhar força. Com isso, a ordem do dia é investir para a valorização da economia local.

Nesse sentido, Campanhola e Graziano da Silva (1999, p. 34) colocam que “começam a haver iniciativas de mobilização e organização social no sentido de promover uma maior representação dos diferentes atores sociais no processo de desenvolvimento”.

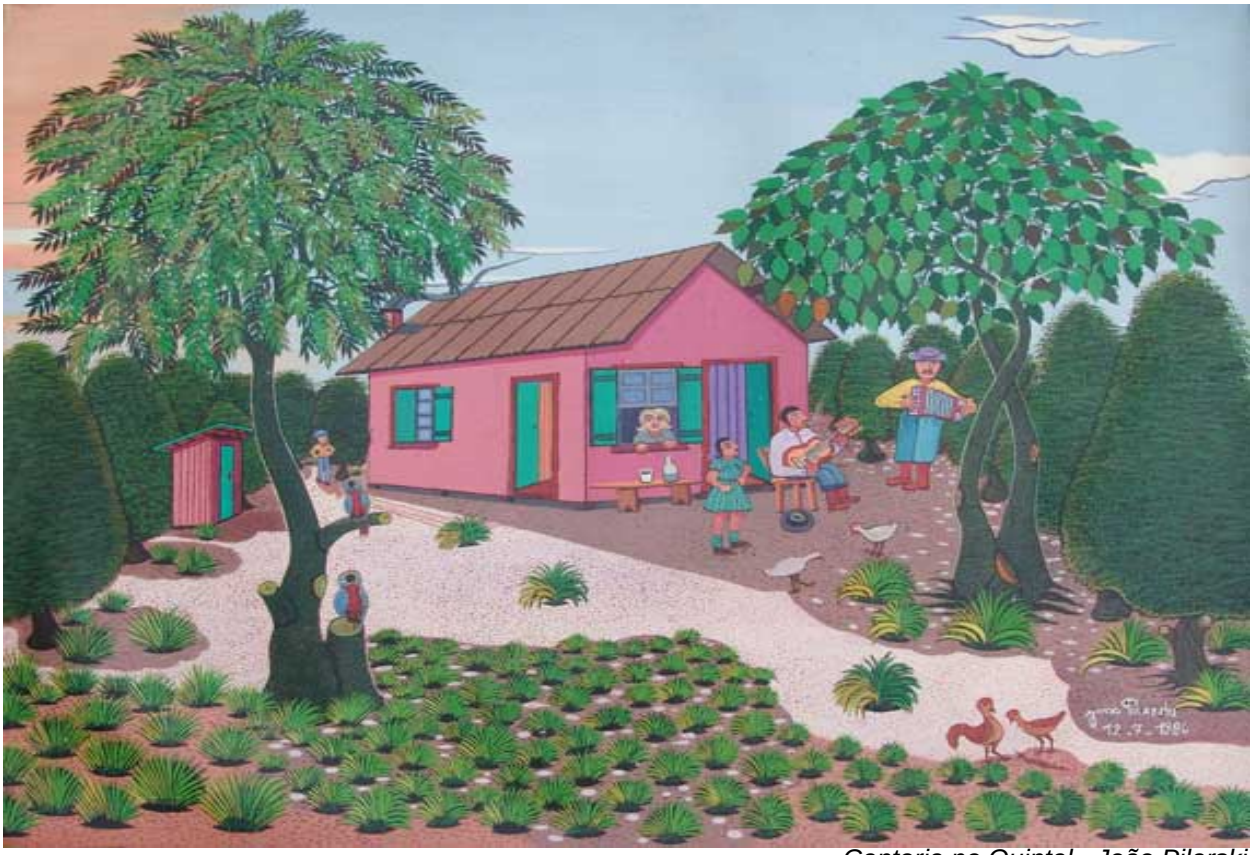
Contudo, para os mesmos (1999),

> não há regras ou modelos pré-determinados para a definição consensual dos objetivos e metas que conduzam ao desenvolvimento local, pois este é, em essência, um processo microsocial de construção coletiva, onde prevalecem as necessidades sociais e culturais, mas que devem estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos de inserção no mercado, como nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação (1999, p.4).

Estes autores acreditam, assim como o entendimento adotado neste trabalho, que o desenvolvimento não pode ser aplicado como um modelo pré-concebido, pronto, o que o caracterizaria a não adequação às necessidades locais.

Para eles, as políticas de desenvolvimento devem ser feitas e realizadas com base nas necessidades locais, utilizando da melhor maneira os recursos que a localidade oferece, pensando no bem estar da comunidade envolvida. Dessa maneira, entende-se que toda a população sendo beneficiada teria, assim, o real desenvolvimento local.

Nesse tocante, a produção familiar representa um dos papéis para levar a este desenvolvimento. Quando levada a termo, sendo praticada com seriedade e profissionalismo, esse modo de produção pode inserir diversos agentes no processo de desenvolvimento econômico, agentes estes que poderiam estar marginalizados do processo de geração de renda.



Cantoria no Quintal - João Pilarski

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desenvolvimento agrícola do Estado de Goiás até a década de 1960 não ocorreu necessariamente mediante a incorporação de capital e tecnologia no campo. O estado passava, nessa fase, pelo período caracterizado pela frente de expansão, buscando espaços cada vez maiores para a criação de gado bovino de forma extensiva.

Após esse período, o governo brasileiro, por meio da política de modernização agrícola, que era baseada na liberação de vultuosas quantias em dinheiro para compra de terras na Região Centro Oeste e maquinário para auxílio na plantação e colheita, induziu a migração para a região e a venda de grandes extensões de terras, transformando-a em um grande pólo monocultor. Aliada à questão do investimento financeiro, também veio a criação da EMBRAPA e a produção de sementes melhoradas, adaptadas para o clima e o solo regional, baseado no cerrado.

Essa dinâmica modifica-se a partir do final da década de 1980 e início da de 1990, basicamente provocada por dois fatores, sendo um local e um nacional: separação do norte goiano, que passa a compor o Estado do Tocantins e a redução dos investimentos governamentais na agricultura, abrindo espaço para a entrada do capital privado. Por um lado, a falta de recursos disponíveis e os juros mais altos das instituições financeiras privadas, fez com que o nível de investimento em compra de áreas maiores e maquinário mais moderno tivessem uma redução drástica. Com isso, a região tem reduzido o capital circulante em suas propriedades, além de aumentar o endividamento de muitos produtores.

Por outro lado, o Estado de Goiás, mais desenvolvido, continua com a produção monocultora em grande escala, apesar da diminuição no capital disponível para o plantio, enquanto Tocantins, mais pobre ou menos dinâmico, apresentando características fundiárias baseadas na pequena propriedade e na produção de gado em grandes extensões de terras, continua com dificuldades de ingressar no concorrido mercado do agronegócio. Essa situação no Tocantins começa a mudar com a com a atração de produtores interessados em investir na agricultura do estado, além de alguns projetos internacionais, como o PRODECER – III, em parceria com o Governo Japonês, e construção da nova capital na década de 1990, Palmas. Neste contexto se insere a região pesquisada, organizada com base na pequena produção: a Associação dos Produtores Familiares de Taquaruçu Grande, localizada no município de Palmas, capital do Tocantins.

A uma das preocupações desse estudo foi mostrar que o associativismo rural pode ser um importante aliado na melhoria das condições de reprodução socioeconômica dos produtores da região. A comprovação vem por meio da própria experiência dos produtores, os quais, organizados em associação, conseguem vencer os desafios de permanecer na terra como pequenos agricultores, num lugar onde a falta de recursos financeiros e tecnológicos é facilmente perceptível.

Para discutir a questão da comunidade estudada, partiu-se da análise preliminar da produção familiar no contexto brasileiro, conceituando-a e buscando a sua inserção no cenário nacional atual. Já nessa primeira etapa, chegou-se a primeira dificuldade: os dados oficiais disponíveis são muito antigos e defasados, o que poderia comprometer o resultado final deste trabalho. Não obstante, lançou-se mão da busca de informações

que pudessem complementar as já obtidas visando melhorar a qualidade e a confiabilidade dos dados disponíveis.

Nesta fase, procurou-se seguir o caminho apontado que enfatizam o fortalecimento da produção agrícola assegurado pela produção familiar, colocando esta como a base do desenvolvimento rural. Para eles, esse tipo de produção, caracterizado pela participação direta da família na organização e execução das atividades rurais, apesar de ser uma saída para o problema da exclusão do homem do campo.

A exploração de propriedades familiares tem sido uma alternativa para diminuir a desigualdade social e econômica existentes nos centros urbanos e no campo. Quando organizados em associações e cooperativas, pode-se imaginar que os produtores tenham condições de explorar melhor sua unidade produtiva, aplicar a tecnologia mais adequada e contar com recursos e aparato logístico para distribuir e comercializar a produção.

Em visitas aos órgãos oficiais, como SEPLAN, SEBRAE, SAGRI, SEAGRO, IBGE e ITERTINS, descobriu-se que não há dados disponíveis sobre a área rural do município. Por outro lado, também não existem informações sobre a produção rural local, tais como a área, o número de propriedades e os recursos tomados pelos proprietários. As únicas informações colhidas foram as presentes nos Estudos do Convênio FAO/INCRA, do ano de 2000, que tomam como base o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, dos anos de 1995/96.

Apesar dessas dificuldades, procurou-se dar consistência às informações obtidas fazendo o cruzamento dos dados, com o objetivo de extrair toda a base para o estudo. No caso das propriedades pertencentes à Associação dos Produtores Familiares de

Taquaruçu Grande, durante as entrevistas colheram-se os dados sobre a área, produção e outras informações importantes sobre os agricultores e comunidade.

São essas relações que mantêm a associação como um ponto de referência para eles, pois é através dela que muitos conseguem recursos para a produção, insumos e vantagens na comercialização. Cabe ressaltar ainda, que a associação não existe apenas com o propósito de facilitar o acesso à financiamentos ou às tecnologias. A existência desta é um fator importante para alcançar maior grau de integração ao mercado. Ela existe fundamentalmente para que os produtores possam auxiliar em sua reprodução, promovendo o bem-estar e aproximando todos em torno dessa causa.

No entanto, a associação é muito mais que uma alternativa econômica como ficou evidenciado na pesquisa. Desempenha um papel fundamental na convivência diária, fortalecendo os laços de amizade e ajuda mútua. Através dos depoimentos, ficou claro que é a associação que os unifica, promovendo o convívio em comunidade. Nesse sentido, pode-se considerar pela pesquisa que, sem o aparato da associação, os produtores não teriam como garantir boa parte da renda que hoje possuem. A associação não garante a renda, mas garante os meios de se consegui-la, fazendo com que os associados tenham uma base de apoio para vencer a barreira da entrada no mercado.

Para concluir, serão deixados alguns questionamentos para futuras reflexões, o que configura o caráter não definitivo desse estudo: o associativismo constitui, de fato, um caminho para garantir a reprodução socioeconômica de todas as associações da região? Seria esta uma saída para diminuir a marginalização do agricultor familiar? Assim, demonstramos o caráter não definitivo deste estudo, evidenciando que se fazem necessários novos estudos, em outras associações, para que se possa afirmar que o

associativismo é uma boa saída para o problema da geração de emprego e renda na produção familiar proporcionando a reprodução socioeconômica dessa categoria social e consequentemente diminuindo a exclusão e marginalização da família rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Rio de Janeiro: Hucitec, 1992.

_____. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: I Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em a Agricultura Familiar da EMBRAPA. **Anais...** Petrolina, 1995, p. 17-27.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária** – ABRA, Campinas v. 28, n. 1, 2, 3, p. 49-68, jan/ago. 1999.

_____; VEIGA, J. E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural:** o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Texto para discussão no 641: Brasília, 1999. Disponível em: www.ipea.gov/pub/td/td_99/td641. Acesso em 02 de agosto, 2005.

ALENTEJANO, P. R. R. O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileira dos anos 90. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 167, p. 21-31, jan/fev. 1997.

AJARA, C.; FIGUEIREDO, A. H. de.; BEZERA, V. M. A. C.; BARBOSA, J. G. O Estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, v 53 n 4, p. 5-48, out./dez. 1991.

AQUINO, N. A. de. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. In: GIRALDINI O. (Org.) **A (trans)formação histórica do Tocantins.** Goiânia: UFG. Palmas: Unitins, 2002. p. 315-350.

ARBUÉS, M. P. A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958-1988). In: GIRALDINI O. (Org.) **A (trans)formação histórica do Tocantins.** Goiânia: UFG. Palmas: Unitins, 2002. p. 395-444.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **Interações,** Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. de 2000.

BARBOSA, Y, M. **As políticas territoriais e a criação do Estado do Tocantins.** 1999. 158 f. (Doutorado em Geografia) – FFLCH – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo – USP, 1999.

BEZERRA, L. M. C. **Agricultura Familiar em Orizona (GO):** a Associação dos Pequenos Agricultores da Marta Velha, Água Grande e Coqueiro – APAMAC**.** 2003. 121 f. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

CARDIM, S. E. de C.S.; VIEIRA, P. T. L.; VIÉGAS, J.L. Análise da Estrutura fundiária brasileira. Disponível em: www.nead.org.br. Acesso em: 26 de março, 2005.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, n.11. p. 53-75, out. 1998.

CARVALHO, L, de. **Testemunho da História**: de Vila Boa (Goyas) a Palmas (Tocantins). Palmas: Norte e Sul, 2002.

DALCHIAVON, F. Problemas Agrários e a Proposta do MST de Reforma Agrária. In: TEIXEIRA, E. C. VEIRA, W. C. **Reforma da Política Agrícola e Abertura Econômica**. Viçosa: 1996. p. 113-124.

DEL GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA , C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O fim do êxodo rural? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXIX.,2001, Recife. **Anais...** Recife (PE), 2001. 1 CD-ROM.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar – O Brasil redescoberto.** Brasília: 2000. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO.

FERNANDES, B. M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: ENCONTRO. NACIONAL DE GEOGRAFIA, XIII., 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: AGB, 2002.

FURTADO, R; FURTADO, E. **Capital humano e capital social nos territórios rurais**: imposições para uma nova formação dos profissionais do campo. Disponível em: _____. Acesso em 05 de fevereiro de 2006.

GONÇALES, C; CLEPS JÚNIOR, J. **As interpretações sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**: algumas notas. 2004. Disponível em: http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/E1_147.htm. Acesso em 03 de fevereiro de 2006.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, Políticas Públicas e Estruturas Sociais Rurais. **Revista de Economia Política.** v. 5, n. 4, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, A. As estratégias sociais dos agricultores. A produção camponesa e o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil. **Desafios e perspectivas.** Curitiba: UFPR, 1989. p. 160-178.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp. IE/Unicamp, 1999.

HESPANHOL, R. A. M. **Produção Familiar**: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. 2000. 354 f. (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995/1996.** IBGE – Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 25 de março, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação e Contas Nacionais.** IBGE – Rio de Janeiro, 2003 . Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 28 de maio, 2005.

JORNAL CONEXÃO. **Programa Quintal Verde deverá atender 35 mil famílias em 2005.** Reportagem do dia 23/08/2005. Palmas – Tocantins.

JORNAL O GIRASSOL. **Esperança na agricultura familiar.** Reportagem do dia 14/03/2006. Palmas – Tocantins.

KAGEYAMA, A. (Coord). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Orgs). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-127, 185-195.

LACKI, P. O que pedem os agricultores e o que podem os governos: mendigar dependência ou proporcionar emancipação? **Cadernos de Ciências & Tecnologia**, Brasília, v. 16, n 2, p. 157-162, maio / ago. 1999.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações,** Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-58, set. de 2002.

MENDES, E. P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. 2005. 321f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro:** movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados, São Paulo, 2001, vol. 15 nº 43. Disponível: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01 Acesso em: 13 de março de 2005.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A (Org). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.

PEDROSO DA SILVA, A. R. **O turismo no espaço rural e o agronegócio no município de Palmas – TO:** perspectivas para o desenvolvimento. 2006. 165 f. (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal de Goiás, 2006.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI:** como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

ROMEIRO, A, R. **Pequenos abastecem mercado interno e externo**. Reportagem do dia 10/06/2003. Disponível em: www.comciencia.br/reportagens/agragraria/agr06.shtml Acesso em: 15 de fevereiro de 2005.

SEAGRO. **Secretária Estadual da Agricultura Pecuária e Abastecimento.** Tocantins: 1999. Disponível em: www.seagro.to.gov.br. Acesso em: 17 de abril, 2005.

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR. **PRONAF: quem somos**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso: em 03 de dezembro de 2005.

_____. **PRONAF: o que produz? Quanto produz? Questões Metodológicas.** Resolução Nº 2.629, de 10 de agosto de 1999. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso: em 03 de dezembro de 2005.

SEPLAN. **Leis e datas de criação dos municípios. Anuário Estatístico do Tocantins –2004.** Secretaria Estadual de Planejamento – Tocantins: 2004. Disponível em: www.seplan.to.gov.br. Acesso em: 17 de abril de 2005.

SILVA, D. O. A produção familiar no meio rural: enfoques e debates. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLIII, Ribeirão Preto, 2005. **Anais...** Ribeirão Preto: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP. 2005. 1 CD-ROM.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 18, n.51. p. 99-121, 2003.

SOLARI, A. B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org) **Vida rural e mudança social.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SOUZA, S. M. de. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no norte goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. In: GIRALDINI O. (Org.) **A (trans)formação histórica do Tocantins.** Goiânia: UFG. Palmas: Unitins, 2002. p. 351-394.

UFT/NGPI. **Estudo de viabilidade técnica e econômica da implantação do Ceasa-TO.** Universidade Federal do Tocantins/Núcleo de Gestão Pública Inovadora. Julho de 2005. Disponível em: www.uft.edu.gov.br. Acesso em: 15 de agosto, 2005.

UNICAMP/NEPO. **Sistematização das Informações Censitárias sobre Migração para os estados do Centro-Oeste e São Paulo.** Disponível em: www.nepo.unicamp.br/usuario/gerencianavegacao.php?cadernoid=062&textoid=147. Acesso em: 13 de março, 2005.

UNITINSAGRO. Projeto: Instalação das Redes de Referência para Agricultura Familiar – 2005. Disponível em: www.unitins.br. Acesso em 17 de agosto de 2005.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura Familiar – Realidades e Perspectivas.** Passo Fundo: EDIUFP, 1999. p. 21-55.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRODUTORES DADOS GERAIS

Identificação do Entrevistado

1- Nome: .....
2- Relação do entrevistado com a associação: .....
3- Atividade exercida na associação: .....
4- Casado (a)? ( )Sim ( ) Não Nome do conjugue:.....
5 – Tem filhos? Quantos? Idade? E onde moram? .....
.....
.....
.....
6 - Grau de escolaridade: ..... Esposa (o): .....
Filhos (as): .....
7 - Há quanto tempo pertence a associação? .....
8 - Possui parentes que faz parte da mesma associação? Se sim qual o grau de parentesco? .....
9 - Há quanto tempo mora nessa residência? .....
10- Possui residência na cidade? Onde? .....
11- Possui outras fontes de renda? .....
12- Possui Carteira de Trabalho: ( ) Sim ( ) Não
13 - Recebe férias remuneradas: ( ) Sim ( ) Não

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROPRIEDADE E PRODUÇÃO

Identificação do Entrevistado

1- Nome: .....
2- Localidade ou propriedade: .....
3- Reside na propriedade? Se não, qual o endereço? .....
.....
4- Categoria do entrevistado (Proprietário, administrador, parente, etc):
.....

Informações sobre a Propriedade

1- Ano de aquisição da propriedade? .....
2- Como foi adquirida a propriedade?.....
3- Área da propriedade:

Área	Hectares
Total	
Explorada pelo proprietário	
Arrendada	

4- Possui outra propriedade (s): ( ) Sim ( ) Não
Localização: .....
Área total (ha): .....
Atividade principal: .....
5 - Qual a principal produção da propriedade? .....
.....
6 – Se houver mais de uma produção qual o tamanho da área que cada uma possui?
.....
7- Qual o destino da produção da propriedade? .....
.....
8 – Possui carro próprio? .....
9 – Se não como é feito o transporte dos produtos? .....
10- Possui assistência técnica? Quais os órgãos? .....

Uso da Terra

Especificação	**Área em hectares**
Lavoura permanente	
Lavoura temporária	
Pastagem natural	
Pastagem plantada	
Silvicultura	
Área improdutiva	
Área arrendada	
Área de preservação natural	
Outras	
Área total	

2- Ordem das atividades econômicas mais importantes na propriedade:
( ) Bovinocultura de corte
( ) Bovinocultura de leite
( ) Bovinocultura mista
( ) Silvicultura
( ) Lazer
( ) Hortaliças. Especifique: .....

( ) Cultura anual (arroz, feijão, etc.)
( ) Cultura permanente
( ) Indústria caseira/ doméstica
( ) Outros. .....

4 - Utiliza sementes selecionadas? ( ) Sim ( ) Não Quais? .....
.....

5 - Possui irrigação? Que tipo? .....

6 - Possui máquinas e equipamentos? Como foram adquiridos? .....
.....
7- Faz adubação? Que tipo? .....
8- Utiliza defensivos? Que tipo e para que finalidade? .....

Informações sobre a força de trabalho

1- Assalariado Permanente
Nº de pessoas: .....
Forma de contratação: .....
Forma de pagamento: .....
Tipo de serviço: .....
2- Assalariado Temporário
Nº de pessoas: .....
Forma de contratação: .....
Forma de pagamento: .....
Tipo de serviço: .....
Período do ano em que trabalham: .....
3- Outras relações de trabalho
Nº de pessoas: .....
Forma de contratação: .....
Forma de pagamento: .....
Tipo de serviço: .....
Período do ano em que trabalham: .....

Assistência Técnica

1- O Sr. recebe assistência técnica? De quais instituições? .....
.....

2- Qual a finalidade dessa assistência? E ela atende todas as suas necessidades? .....

3- Tecnologia utilizada na produção agrícola:

( ) Sementes selecionadas ( ) Mudas selecionada
( ) Plantio direto ( ) Rotação de Cultura
( ) Adubação Orgânica ( ) Irrigação
( ) Outros. .....
.....

Financiamento da Produção

1- O Sr. utiliza algum tipo de financiamento? .....
.....
2- De qual instituição? .....
3- Qual a garantia dada para a obtenção do crédito? .....
.....
4- Quais os prazos pra quitar esse tipo de financiamento:.....

Organização dos Produtores

1- É membro de alguma associação? Desde quando? Por que se filiou?
.....
.....
2- É associado à cooperativa? Desde de quando? Por que se filiou?
.....
.....
3- É filiado a algum sindicato rural? Desde de quando? E por que se filiou e quais as vantagens? .....

Informações diversas

1- A associação favorece algum tipo de relação social com a comunidade? Explique.
.....
.....
.....
2- Qual a sua avaliação do meio rural enquanto local de residência?
.....
.....
3 –Quais os benefícios de se fazer parte de uma associação?.....
.....
.....
.....
4- Quais os principais problemas encontrados referente a produção rural?
.....
.....

PERFIL DA ASSOCIAÇÃO

1- Nome da Associação: .....
2- Ano da fundação: .....
3- Nome do Presidente: .....
4- O presidente é agricultor familiar? Se não, qual sua atividade? .....
5- A Associação possui estatuto, regimento ou regulamento, que dita as diretrizes das atividades da mesma?.....
.....
6- Existe uma diretoria na Associação? Se sim, qual a sua composição?
.....
.....
7- Localização da Associação: .....
8- Área de abrangência: .....
9- A Associação possui local específico para reuniões? Se sim, onde e qual a freqüência das reuniões?.....
.....
10-Qual o principal objetivo da associação?.....
.....
11- Qual o número de associados?.....
12- Qual é a área média cultivada pelos produtores associados: .....
.....
13- Quais os principais produtos cultivados pelos produtores associados?
.....
14- Quantos e quais as condições dos produtores associados:
( ) Proprietários
( ) Arrendatários
( ) Parceiros
( ) Outros. Qual? ..... Quantos?.....
15- Quais as exigências da Associação para os produtores se associarem?
.....
16- Quais foram os motivos para a criação da Associação?
.....
17- Quais as dificuldades encontradas inicialmente para a organização da Associação?
.....
.....
18- Atualmente quais os principais problemas enfrentados pelos produtores associados para o desenvolvimento de suas atividades? .....
.....
.....
19- Quais as principais atividades desenvolvidas pela associação em prol dos associados? .....
.....
20- Quais os benefícios concedidos pela associação aos produtores associados?
( ) Compra de insumo em conjunto

( ) Assistência técnica em conjunto
( ) Comercialização em conjunto. Onde? .....
( ) Financiamento em conjunto
( ) Outros. Quais? .....

21- A Associação recebe algum tipo de crédito de alguma instituição governamental? Qual? .....
.....

22- Como esse crédito é utilizado? .....
.....

23- Os produtores pagam algum tipo de mensalidade para a associação? Qual o valor e freqüência desse tipo de pagamento?.....
.....

24- Existe algum tipo de vinculação desta associação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município? De que forma?.....
.....

25 – A Associação promove algum tipo de festa? .....
.....